Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 30 de junho de 2020 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias individuais da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. ("Companhia", "Individual" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e de seis meses findos nessas datas, assim como as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e de seis meses findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para os períodos de três e de seis meses findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria dos períodos de três e de seis meses findo em 30 de junho de 2020. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Reconhecimento de receita Notas 2.19 e 25

A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades de pessoas físicas (alunos) matriculadas semestralmente nos cursos regulares de graduação, pós-graduação, cursos técnicos e colégio.

Essas receitas são decorrentes de um grande volume de transações mas que, individualmente, são de baixo valor, aumentando a importância dos controles internos da Companhia e de suas controladas, bem como o rigor na gestão financeira e a adequada manutenção de um cadastro atualizado de alunos.

Consideramos o reconhecimento de receita como uma área de foco em nossa auditoria, especialmente quanto ao tema do registro adequado, existência e totalidade da carteira de alunos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos relativos a esse assunto:

Efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas, para o processo de matrículas, definição de tabela de preços, emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades.

Inspecionamos, por amostragem, contratos firmados com alunos, comprovantes de recebimento, relatórios de frequência e de notas dos alunos, inclusive aqueles matriculados por meio do FIES, para análise das condições contratuais e documentos cadastrais dos alunos vinculados, assim como verificamos o recebimento subsequente das mensalidades selecionadas na amostra.

Realizamos as reconciliações dos relatórios auxiliares de faturamento com os respectivos registros contábeis.

Os resultados dos nossos procedimentos indicam que os processos para o reconhecimento de receitas, incluindo as relacionadas com mensalidades de alunos vinculados ao FIES, estão suportados por documentação hábil e estão razoáveis no contexto das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliação da redução do valor recuperável ("impairment") dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida
Notas 2.2, 5 e 11

A Companhia tem registrado em seu ativo intangível no Consolidado, ágios fundamentados em expectativas de rentabilidade futuras e intangíveis de vida útil indefinida decorrentes de aquisição de negócios, no valor de R\$ 879.931 mil.

Tendo em vista os eventos decorrentes da pandemia (COVID-19), conforme divulgado na Nota 1.2, a Companhia optou por atualizar os testes de *impairment* dos ágios e dos intangíveis de vida útil indefinida, incluindo testes de recuperabilidade dos montantes oriundos das combinações de negócios ocorridas no primeiro semestre de 2020.

A Companhia efetuou o teste do valor recuperável dos ágios e dos intangíveis de vida útil indefinida utilizando o modelo de valor em uso, que consiste na determinação do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros de cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Determinamos esse assunto como uma área de foco de nossa auditoria pois, além da relevância do saldo, é uma área que envolve estimativas críticas e julgamentos por parte da administração da Companhia na determinação das premissas e projeções efetuadas que, se alteradas, podem modificar significativamente as perspectivas de recuperabilidade da UGC, com consequente impacto nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes relacionados com a preparação dos fluxos de caixa descontados da unidade geradora de caixa à qual os ágios e os intangíveis de vida útil indefinida foram alocados.

Em conjunto com nossos especialistas em avaliação, analisamos a razoabilidade e consistência do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as projeções, bem como os dados e premissas utilizados na preparação dos fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento e estimativas de rentabilidade, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e taxas de desconto, considerando na nossa avaliação o custo de capital para a Companhia e organizações comparáveis.

Testamos a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa.

Efetuamos análise de sensibilidade para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.

Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos Notas 2.4 e 24

A Companhia apresenta registrado no ativo não circulante do Consolidado, saldo de Imposto de Renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no valor total de R\$ 81.678 mil, considerados recuperáveis com base em projeção de lucros tributáveis futuros.

A estimativa de lucros tributáveis futuros requer avaliação de estimativas e julgamentos da administração, bem como interpretação de leis específicas do negócio da Companhia e de suas controladas. O valor recuperável dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, como também o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras intermediárias da Controladora.

Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros:

- Revisão da base dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, e das diferenças temporárias.
- Avaliação das principais premissas adotadas pela administração contidas no estudo de projeções de lucros tributários futuros apresentadas, incluindo a evolução da receita, custos e despesas, a consistência dessas variáveis com o plano de negócio, as projeções de realização das diferenças temporárias, bem como as projeções de fluxo de caixa.
- Testamos os prazos de realização considerados nas análises e os dados históricos das controladas cujos créditos tributários diferidos ativos foram registrados, para corroborar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação àquelas utilizadas em exercícios anteriores.

Como resultado desses procedimentos, não identificamos aspectos relevantes que nos levassem a considerar ser necessário modificações nos valores registrados e informações divulgadas nas demonstrações financeiras intermediárias.

Não cumprimento de claúsulas restritivas Notas 12 e 13

Em 30 de junho de 2020, a Companhia apresenta passivos de empréstimos, financiamentos e debêntures ("dívidas"), no montante total de R\$ 1.432.757 mil. Essas dívidas contêm clásulas contratuais restritivas (*covenants*) que exigem o cumprimento de indicadores financeiros e não financeiros no encerramento de cada exercício

Efetuamos a leitura das atas de assembleia geral de debenturistas em 28 de maio de 2020, que expressaram formalmente a anuência (*waiver*) dos credores postergando a avaliação do cumprimento dos índices financeiros e não financeiros da Companhia (*waiver*) para a data-base de 31 de dezembro de 2020, com a



Porque é um PAA

(31 de dezembro de cada ano); o não cumprimento de quaisquer um dos indicadores, ocasiona o vencimento antecipado (reclassificação para o passivo circulante) da parcela de longo prazo associada ao contrato descumprido.

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de março de 2020, a Companhia não havia cumprido com os índices estabelecidos em determinados contratos e, por consequência, reclassificou para o passivo circulante as parcelas das dívidas de longo prazo relacionadas com os contratos descumpridos.

Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia obteve dos credores, a renúncia ao direito contratual (*waiver*) advindo do não atingimento de determinados índices. Consequentemente, reclassificou para o passivo não circulante em 30 de junho de 2020, as dívidas não exigidas pelos credores no curto prazo.

A concessão feita pelos credores visou permitir a Companhia a oportunidade de trabalhar sua estruturação financeira para o cumprimento de tais índices em 31 de dezembro de 2020, data da próxima medicão.

Esse assunto foi considerado um Principal Assunto de Auditoria em virtude da relevância da obtenção do *waiver* para 30 de junho de 2020, bem como a importância na gestão dos indicadores financeiros e não financeiros no exercício a encerrar em 31 de dezembro de 2020 que, em caso de não cumprimento, pode impactar o equilíbrio financeiro futuro de curto prazo da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

consequente reclassificação das dívidas consentidas para o passivo não circulante em 30 de junho de 2020.

Verificamos que as divulgações estão consistentes com os dados e informações obtidas.

Combinação de negócios Notas 2.2, 5 e 6

Em 6 de fevereiro de 2020, a sociedade controlada ACEF S.A. ("Unifran"), finalizou a aquisição do controle da Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda., mediante aquisição de 100% do capital da sociedade. Em 4 de março de 2020, a sociedade controlada Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Unicid" ou "SECID"), finalizou o

Efetuamos, entre outros procedimentos, a leitura dos principais documentos relacionados com as aquisições, análise dos atos societários relevantes e os principais eventos que levaram a administração a concluir sobre a data efetiva de aquisição.

Efetuamos também, o entendimento dos



Porque é um PAA

processo de 100% do capital do Grupo Educacional Positivo.

A determinação do valor justo dos ativos adquiridos, passivos assumidos e a determinação do ágio, envolveu julgamentos e estimativas relevantes da adminstração. Tais julgamentos e estimativas utilizam dados e premissas subjetivas, como previsões de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto, dentre outras.

Os valores envolvidos, assim como uso de estimativas e julgamentos relevantes na mensuração dos ativos adquiridos e nos passivos assumidos, podem ter impacto relevante na determinação da alocação do preço de compra e, por isso, nos levou a considerar como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

processos estabelecidos pela administração, incluindo a contratação de especialistas, uso de modelos de cálculo e premissas utilizadas na determinação da alocação do preço de compra.

Obtivemos as informações financeiras das adquiridas e efetuamos também, revisão da avaliação da administração das possíveis diferenças de práticas contábeis.

Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios e, com o apoio de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e discutimos as principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição, comparando-as com informações históricas disponíveis ou com dados observáveis de mercado e/ou do segmento de atuação.

Checamos, ainda, os principais impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, bem como examinamos as divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras intermediárias.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizados no processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição e na determinação do valor do ágio, são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes aos períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a



procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As demonstrações financeiras intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo, incluem informações financeiras correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado no trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2019, obtidas de demonstrações financeiras intermediárias, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação. A revisão das demonstrações financeiras intermediárias do trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2019 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente) e de auditoria com datas de 31 de agosto de 2020 e de 31 de março de 2020, respectivamente, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias dos períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de agosto de 2020

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho Contador CRC 1PE016700/O-o

Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

30 de junho de 2020

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2020

Índice

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Demonstrações dos valores adicionados	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	19

Balanços patrimoniais 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

		Contro	oladora	Conso	lidado
	Notas	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.661	5.461	303.908	22.723
Aplicações financeiras - vinculadas		-	-	-	915
Contas a receber	7	40.091	36.175	215.995	157.321
Tributos a recuperar		432	471	8.139	4.978
Outros créditos	8	12.079	3.076	39.500	12.586
Total do ativo circulante		58.263	45.183	567.542	198.523
Não circulante					
Contas a receber	7	1.467	510	16.890	11.627
Adiantamentos para futuro investimento	17	13.015	9.975	-	-
Depósitos judiciais	18	893	714	11.074	6.125
Outros créditos	8	-	-	29.079	25.270
Tributos diferidos	24	-	-	81.678	65.847
Investimentos	9	485.302	543.900	146	146
Imobilizado, líquido	10	50.914	48.557	474.687	424.832
Direito de uso	14	201.471	202.474	844.994	489.646
Intangível, líquido	11	12.628	13.405	1.749.760	977.187
Total do ativo não circulante		765.690	819.535	3.208.308	2.000.680
Total do ativo		823.953	864.718	3.775.850	2.199.203

Balanços patrimoniais 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

		Contro	oladora	Conso	lidado
	Notas	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	6.423	50.669	23.050
Debêntures	13	-	39.456	132.262	752.730
Fornecedores		17.056	11.729	54.174	24.466
Obrigações com partes relacionadas	17	902	840	2.010	1.872
Obrigações trabalhistas	15	67.659	28.985	233.626	80.623
Obrigações tributárias	16	4.493	4.806	39.031	27.286
Dividendos a pagar	21.d	30.006	30.006	30.006	30.006
Adiantamentos de clientes		3.422	3.678	23.007	17.907
Passivo de arrendamento	14	13.634	14.149	52.031	45.826
Obrigações por aquisição de participações societárias	19	-	-	6.913	5.643
Receita diferida	20	-	-	722	722
Outras contas a pagar		100	101	2.838	2.334
Total do passivo circulante		137.272	140.173	627.289	1.012.465
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	41.466	22.292
Debêntures	13	-	-	1.208.380	-
Obrigações com partes relacionadas	17	26.000	6.000	-	-
Obrigações tributárias	16	-	-	159.974	34.033
Tributos diferidos	24	207	225	18.465	1.000
Provisão para demandas judiciais	18	7.254	5.878	49.594	28.023
Passivo de arrendamento	14	208.449	201.651	834.817	467.785
Obrigações por aquisição de participações societárias	19	-	-	376.896	108.109
Receita diferida	20	-	-	11.313	11.674
Outras contas a pagar		-	-	2.885	3.031
Total do passivo não circulante		241.910	213.754	2.703.790	675.947
Patrimônio líquido					
Capital social	21	158.190	158,190	158.190	158.190
Reservas de capital	21	196.978	196.978	196.978	196.978
Reservas de lucros	21	155.623	155.623	155.623	155.623
Prejuízo do período		(66.020)	-	(66.020)	-
Total do patrimônio líquido		444.771	510.791	444,771	510.791
Total do passivo e patrimônio líquido		823.953	864.718	3.775.850	2.199.203
Total do passivo e patrimonio liquido		020.000	007.7 10	3.773.030	2.100.200

Demonstrações dos resultados Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação expresso em reais)

					Controladora				Consolidado
		01/04/2020 à	01/01/2020 à	01/04/2019 à	01/01/2019 à	01/04/2020 à	01/01/2020 à	01/04/2019 à	01/01/2019 à
	Notas	30/06/2020	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2019
Receita líquida	25	99.824	191.988	98.288	182.765	482.034	899.523	394.029	754.590
Custo dos serviços prestados	26	(83.738)	(156.042)	(70.994)	(133.913)	(285.122)	(526.619)	(225.830)	(422.353)
Lucro bruto		16.086	35.946	27.294	48.852	196.912	372.904	168.199	332.237
(Despesas) e receitas operacionais:									
` ' '	26	(2E COO)	(E7 0C4)	(22.446)	(E1 E20)	(407 730)	(204 247)	(CC 0E4)	(407 E7E)
Despesas gerais e administrativas	26	(25.609)	(57.861)	(22.146)	(51.529)	(107.738)	(201.317)	(66.851)	(127.575)
Depreciação de imobilizado	26	(1.450)	(3.756)	(1.593)	(2.854)	(15.444)	(27.392)	(9.283)	(17.260)
Amortização do software e intangível	26	(2.862)	(4.750)	(1.508)	(2.627)	(19.298)	(28.956)	(5.549)	(10.889)
Despesas com provisão para perdas estimadas		(40.000)	(40.000)	(= 0.40)	(40.440)	(== == ·)	45.4.4.4	(,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	(0===0)
com créditos de liquidação duvidosa	26	(12.253)	(18.820)	(5.642)	(10.443)	(53.524)	(81.414)	(14.919)	(25.753)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(14.635)	356	39.309	92.817	-	-	-	-
Outras receitas, líquidas	26	207	540	362	648	937	7.269	1.493	3.501
Lucro (Prejuízo) antes das despesas e receitas									
financeiras		(40.516)	(48.345)	36.076	74.864	1.845	41.094	73.090	154.261
Receitas financeiras	27.1	62	289	132	214	3.393	5.347	1.724	3.343
Despesas financeiras	27.2	(8.362)	(17.917)	(8.962)	(18.034)	(59.386)	(115.166)	(48.378)	(100.899)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da		(40.040)	(05.050)	07.040	57 044	(54.440)	(00 705)	00.400	50 705
contribuição social		(48.816)	(65.973)	27.246	57.044	(54.148)	(68.725)	26.436	56.705
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	24	_	(65)	_	_	(584)	(1.041)	(562)	(1.227)
Diferido	24	10	18	12	25	5.926	3.746	1.384	1.591
Lucro líquido (Prejuízo) do período		(48.806)	(66.020)	27.258	57.069	(48.806)	(66.020)	27.258	57.069
Edelo liquido (1 Tejuizo) do período		(40.000)	(00.020)	21.230	37.009	(40.000)	(00.020)	21.230	37.009
Média ponderada das ações no período	22	7.633.056	7.633.056	7.633.056	7.633.056				
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ações em reais	22	(6,39)	(8,65)	3,57	7,48				

Demonstrações dos resultados abrangentes Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Lucro líquido (Prejuízo) do período Outros resultados abrangentes Total do resultado abrangente do período

01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	Ontroladora 01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	Onsolidado 01/01/2019 à 30/06/2019
(48.806)	(66.020)	27.258	57.069 -	(48.806)	(66.020)	27.258	57.069
(48.806)	(66.020)	27.258	57.069	(48.806)	(66.020)	27.258	57.069

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

		Reservas de capital				Reservas de lucros				
							À			
							disposição			
		~	Futuro	Total de	~	_	da	Total das	_	
	Capital	Emissão	aumento	reservas	Retenção	Reserva	Assembleia	reservas	Lucros	
	social	de ações	de capital	de capital	de lucros	legal	Geral	de lucros	acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	138.190	161.978	20.000	181.978	99.132	18.663	3.443	121.238	-	441.406
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	57.069	57.069
Aumento de capital	20.000	-	(20.000)	(20.000)	-	-	-	-	-	<u>-</u>
Saldos em 30 de junho de 2019	158.190	161.978	-	161.978	99.132	18.663	3.443	121.238	57.069	498.475

		Reservas de capital		Res	servas de lu				
	Capital social	Emissão de ações	Futuro aumento de capital	Total de reservas de capital	Retenção de lucros	Reserva legal	Total das reservas de lucros	Prejuízo acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	158.190	161.978	35.000	196.978	130.642	24.981	155.623	-	510.791
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	(66.020)	(66.020)
Saldos em 30 de junho de 2020	158.190	161.978	35.000	196.978	130.642	24.981	155.623	(66.020)	444.771

Demonstrações dos fluxos de caixa Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consc	olidado
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(65.973)	57.044	(68.725)	56.705
Resultado de equivalência patrimonial	(356)	(92.817)	-	-
Depreciação e amortização	8.506	5.481	56.348	28.149
Amortização do direito de uso	11.676	10.285	37.785	27.799
Amortização do custo de captação	54	27	801	293
Encargos financeiros sobre financiamentos	72	5	4.011	2.623
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	-	-	4.934	3.340
Juros de debêntures	521	1.949	28.621	28.700
Juros sobre passivo de arrendamento	11.212	10.136	37.705	25.736
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	(310)	123	(2.100)	911
Provisão para demanda judicial	1.376	73	8.575	2.347
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.820	10.443	81.414	25.753
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	2.447	-
Receita diferida sobre venda de imóvel	-	-	(361)	(362)
Baixa por descontinuidade de arrendamento		-	(5.668)	-
Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(14.402)	2.749	185.787	201.994
com o fluxo de caixa	(14.402)	2.7 40	100.101	201.004
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber	(23.383)	(18.439)	(112.998)	(64.466)
Depósitos judiciais	(179)	283	1.620	2.225
Tributos a recuperar	39	(15)	(1.394)	(832)
Outros créditos	(9.003)	(12.757)	(16.038)	(27.955)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	5.327	3.553	(19.982)	7.569
Obrigações trabalhistas	38.674	16.424	125.446	51.552
Obrigações tributárias	(378)	(628)	(3.502)	(12.672)
Obrigações com partes relacionadas	20.062	59	(2.118)	130
Mensalidades antecipadas	(256)	314	(9.136)	(2.314)
Outras contas a pagar	(1)	(977)	(19.862)	(8.887)
	16.500	(9.434)	127.823	146.344
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(2.876)	(2.520)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	16.500	(9.434)	124.947	143.824
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Resgate de aplicações financeiras restritas	-	-	915	5.559
Dividendos recebidos de controladas	58.954	70.401	-	-
Pagamento obrigações por aquisicões de participações societárias	-	-	(2.555)	(17.020)
Aquisição BrazCubas, líquido de caixa adquirido	-	-	(22.328)	` -
Aquisição Positivo, líquido de caixa adquirido	-	-	(305.405)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(3.040)	(14.647)	•	-
Aquisição de imobilizado	(6.113)	(7.958)	(21.471)	(39.128)
Aquisição de intangível	(3.973)	(3.749)	(5.110)	(8.426)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	45.828	44.047	(355.954)	(59.015)
- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			· · · · ·	

Demonstrações dos fluxos de caixa Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

30/06/2020 30/06/2019 30/06/2020	30/06/2019
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Dividendos pagos - (14.134) -	(14.134)
Pagamento de principal e juros sobre empréstimos e financiamentos (6.495) (506) (47.531)	(10.429)
Captação de empréstimos e financiamentos 60.000	. ,
Captação de debêntures - 701.099	-
Pagamento de debêntures (40.031) (9.626) (142.609)	(50.302)
Pagamento de arrendamento (15.602) (14.386) (58.767)	(41.337)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento (62.128) (38.652) 512.192	(116.202)
Aumento (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa 200 (4.039) 281.185	(31.393)
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do período 5.461 5.358 22.723	55.093
No fim do período 5.661 1.319 303.908	23.700
Aumento (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa 200 (4.039) 281.185	(31.393)

Demonstrações dos valores adicionados Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Contro	oladora	Conso	lidado
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receitas	469.119	392.121	1.770.138	1.410.431
Receitas de serviços	487.937	402.560	1.845.840	1.435.748
Provisão de créditos para liquidação duvidosa	(18.820)	(10.443)	(81.414)	(25.753)
Resultados não operacionais	2	4	5.658	429
Outras receitas	-	-	54	7
Insumos adquiridos de terceiros	(80.844)	(77.029)	(227.112)	(182.789)
Materiais consumidos	(356)	(662)	(1.666)	(2.445)
Outros custos de produtos e serviços vendidos	(68.281)	(63.013)	(180.983)	(140.883)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(12.207)	(13.354)	(42.016)	(39.241)
Perda na realização de ativos	-	-	(2.447)	(220)
Retenções	(20.183)	(15.766)	(92.569)	(55.947)
Depreciação e amortização	(20.183)	(15.766)	(92.569)	(55.947)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	368.092	299.326	1.450.457	1.171.695
Valor adicionado recebido em transferência	1.040	93.544	6.428	5.402
Receitas financeiras	289	214	5.347	3.343
Aluguéis	395	513	1.081	2.059
Resultado de equivalência patrimonial	356	92.817		
Valor adicionado a distribuir	369.132	392.870	1.456.885	1.177.097
Block H. J. W. J. L. S. L. S. P. J. S. J.	(000 400)	(000 070)	(4 450 005)	(4.477.007)
Distribuição do valor adicionado	(369.132)	(392.870)	(1.456.885)	(1.177.097)
Empregados	(101.546)	(79.526)	(387.685)	(280.755)
Remuneração direta e encargos	(91.209)	(68.403)	(344.367)	(240.614)
Benefícios	(4.270)	(5.653)	(16.982)	(16.852)
FGTS	(6.067)	(5.470)	(26.336)	(23.289)
Impostos, taxas e contribuições	(26.354)	(24.928)	(103.512)	(82.035)
Federais	(17.868)	(17.419)	(70.783)	(55.123)
Estaduais	(45)	(67)	(59)	(90)
Municipais	(8.441)	(7.442)	(32.670)	(26.822)
Remuneração de capitais de terceiros	(17.992)	(18.143)	(116.058)	(101.708)
Despesas financeiras	(17.917)	(18.034)	(115.166)	(100.899)
Aluguéis Bolsa de estudo	(75)	(109)	(892)	(809)
	(289.260)	(213.204)	(915.650)	(655.530)
Estudantes carentes e descontos	(289.260)	(213.204)	(915.650)	(655.530)
Lucro líquido (Prejuízo) do período	66.020	(57.069)	66.020	(57.069)
Lucro líquido (Prejuízo) do período Distribuição de dividendos	66.020 -	(57.069) -	66.020	(57.069) -

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

1.1 Contexto operacional

A Cruzeiro do Sul Educacional S.A. ("Cruzeiro do Sul Educacional" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo-SP, localizada na Rua Cesário Galeno, 432 -Tatuapé. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis; a administração de atividade de educação infantil, ensino fundamental, médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizantes, pósgraduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monógrafos; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos: o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pósgraduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma tele presencial à distância; a prestação de servicos relativa a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação.

Em 30 de junho de 2020, a Cruzeiro do Sul Educacional e suas controladas contavam com dezesseis instituições de ensino superior, sendo Universidades, Centros Universitários e Faculdades, cinco colégios, uma holding e uma empresa patrimonial, conforme abaixo:

- Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo SP;
- Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo SP;
- Universidade de Franca, Franca SP;
- Centro Universitário Módulo, Caraguatatuba SP;
- Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília DF;
- Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, Salto e Itu SP;
- Faculdade São Sebastião São Sebastião SP;
- Faculdade Caraguatatuba, Caraguatatuba SP;
- Sociedade Educacional Santa Rita—RS;
- CESUCA Complexo de Ensino Sup. de Cachoerinha RS;
- Sociedade Educacional São Bento RS;
- Sociedade Educacional Santa Tereza RS:
- Colégio Cruzeiro do Sul, São Paulo SP;

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Colégio Alto Padrão, Franca SP;
- Colégio São Sebastião SP;
- Colégio Itu, Itu SP;
- Colégio Salto, Salto SP;
- Grupo Veritas RS;
- Grupo Unipê PB;
- Sociedade Educacional Braz Cubas, Mogi das Cruzes SP:
- Centro de Estudos Superiores Positivo, Curitiba PR; e
- Cesa Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda, Londrina PR.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo no montante de R\$59.747, cujos principais impactos estão atrelados à: (i) impactos de juros e encargos sobre as debêntures com liquidações previstas no curto prazo; e (ii) ao provisionamento de obrigações trabalhistas como férias e décimo terceiro salários. A Companhia e suas controladas geraram fluxo de caixa positivo de R\$116.493 através de suas atividades operacionais durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e, adicionalmente, a Administração da Companhia entende, baseada em suas projeções, que suas operações para os próximos exercícios serão suficientes para continuarem gerando fluxo de caixa positivo e cumprir as obrigações contratuais e financeiras, incluindo aquelas com vencimentos em curto prazo.

Em 30 de junho de 2020, a empresa apresenta capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$59.747 (ativo circulante de R\$567.542 e passivo circulante consolidado de R\$627.289), principalmente pelas as aquisições ocorridas no período (Braz Cubas e Positivo) que está em fase de maturação e a nova realidade ocasionada pela situação de emergência pública causada pelo COVID-19. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses.

1.2 Ações e impactos causados pela pandemia COVID-19

A Cruzeiro do Sul se mantém alinhada às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e políticas adotadas pelas autoridades governamentais para garantir em primeiro lugar a saúde e o bem-estar de todos os envolvidos com a Companhia, sendo alunos, colaboradores, terceiros e seus familiares, e a sociedade como um todo; porém com o prolongamento da quarentena já podemos verificar os efeitos negativos da crise em todos os setores da economia.

Durante todo o período da pandemia a Companhia fez o monitoramento de casos de COVID-19 nas diversas unidades operacionais, dando todo o apoio necessário e mantendo os colaboradores em *home office*. A partir do mês de julho, cumprindo com as orientações dos órgãos competentes em cada município onde possui atividades, a Companhia iniciou o plano de retomada das atividades administrativas cumprindo com todos os protocolos médicos, sanitários

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e de segurança do trabalho, com o intuito de planejar o modelo de retomada das atividades presenciais de forma segura para todos. Além disso, a Companhia realizou um trabalho de mapeamento para a reorganização das atividades da Companhia para estar preparada após a Pandemia com o intuito de planejar o modelo de retomada das atividades presenciais de forma segura.

Medidas Governamentais

Em razão do caráter temporário das medidas governamentais concedidas às empresas com forma de combate ao COVID-19, o caixa ou do capital circulante líquido da Companhia para o exercício de 2020 não será impactado. Entretanto, a Companhia adotou uma série dessas medidas governamentais concedidas com o objetivo de proteção do caixa face aos possíveis impactos do COVID-19 em suas atividades:

- Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020 conforme MP 932/2020;
- Adoção do disposto na MP 139/2020, quanto a postergação do recolhimento:
- (i) do PIS e da COFINS, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020;
- (ii) do recolhimento do FGTS, referente às competências de abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020;

Ações adotadas pela Companhia

Com o objetivo de mitigar os efeitos do COVID-19, a Companhia e suas controladas fizeram uma série de ações para manutenção de suas atividades. Dentre essas ações, destacam-se as seguintes:

- Comunicação constante com nossos alunos e colaboradores quanto às ações adotadas pela Companhia;
- Uso da tecnologia como ferramenta de aprimoramento de encontro entre professores e alunos permitindo a vivência da experiência acadêmica de suas casas, graças ao nosso modelo acadêmico alcançando 100% da nossa base de cerca de 350 mil alunos;
- Realização de trabalho remoto por todos os nossos colaboradores, com a preservação da saúde, bem-estar e com o mesmo compromisso e sem nenhum prejuízo das atividades, com exceção apenas das equipes de serviços essenciais, em regime de escala para garantir a integridade das nossas instalações;
- Adequação do modelo acadêmico permitindo a reorganização da atribuição de horas e turno;

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• Ampliação de condições de financiamentos para alunos em situação de fragilidade financeira.

Impactos financeiros e continuidade operacional

Frente ao cenário de incertezas vividos por todos, sem perspectiva quanto ao seu término e/ou quanto aos efeitos que poderão decorrer deste momento, a Companhia reavaliou seus gastos essenciais no período mais crítico da crise.

Diante do cenário, adotamos os seguintes posicionamentos:

- Reconhecimento de receita: o impacto no reconhecimento de receita não foi significativo, uma vez que a prestação de serviços foi mantida para nossos alunos através das plataformas digitais;
- Risco de crédito e perdas esperadas no contas a receber: no 2º trimestre de 2020 foi feito um incremento no reconhecimento para fins de perdas esperadas com créditos com alunos;
- Redução ao valor recuperável de ativos: a administração revisou o cenário atual das atividades ofertadas por todas as Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), revendo estimativas e premissas, e a Companhia não identificou perda por *impairment*.

A Companhia também não sofreu impactos significativos que reflitam na continuidade dos negócios, devido a uma série de ações e medidas para mitigar os impactos financeiros da crise na operação da Companhia, garantindo a continuidade das suas atividades.

2 Políticas contábeis

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras intermediárias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 31 de agosto de 2020.

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Razão social	30/06/2020	31/12/2019
Participação Direta		
Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. ("UDF")	99,98%	99,98%
Sociedade Empresária de Ensino Superior do Litoral Norte Ltda. ("Módulo")	99.40%	99,40%
Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Unicid" ou "SECID")	99,99%	99,99%
ACEF S.A. ("Unifran")	99,99%	99,99%
Participação Indireta		
Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. ("Trust")	99,99%	99,99%
Instituição de Ensino São Sebastião Ltda. (""FASS")	99,99%	99,99%
Colégio São Sebastião – Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda. ("Colégio São Sebastião")	99,99%	99,99%
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	99,99%	99,99%
Veritas Educacional Á Participações. S.A. ("Veritas")	99,98%	99,98%
Cesuca Complexo de Ensino Superior De Cachoerinha Ltda. ("Cesuca")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional São Bento Ltda. ("São Bento")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Rita Ltda. ("Santa Rita")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda.	99,99%	99,99%
IPÊ Educacional Ltda. ('Unipê")	99,99%	99,99%
IPÊ Patrimonial Ltda. ("Patrimonial")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda. ("Braz Cubas")	99,99%	-
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. ("Positivo")	99,99%	-
Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda. ("Cesa")	99,99%	-
Aussee Investimentos – Participações Societárias Ltda. ("Aussee")	99,99%	-
Hefa Investimentos – Participações Ltda. ("Hefa")	99,99%	-
Humboldt Investimentos – Participações Societárias Ltda. ("Humboldt")	99,99%	-
Napoli Investimentos – Participações Societárias Ltda. ("Napoli")	99,99%	-
Telurium Investimentos – Participações Societárias Ltda. ("Telurium")	99,99%	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras intermediárias individuais consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2020. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à controlada.

As demonstrações financeiras intermediárias das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia utilizando práticas contábeis consistentes.

Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle.

Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras intermediárias das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa, relacionados com transações entre controladas, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido e não só no resultado do exercício.

2.2 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia e/ou suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou suas controladas que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurarse o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Todas as aquisições efetuadas foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, consequentemente, necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

2.3 Classificação circulante e não circulante

A Companhia e/ou suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03/IAS 7
 Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

 A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia e/ou suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos passivos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante.

2.4 Tributos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente aplicáveis ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394 de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do artigo 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13.

Tributos diferidos

Tributo diferido são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no
reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de
negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável ou
prejuízo fiscal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

 Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

Tributos diferidos relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre as vendas

As regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas auferidas pela Companhia e suas controladas, sobre todas as atividades operacionais vinculadas à graduação tradicional e tecnológica. Para as demais receitas de ensino superior, a incidência do PIS e a COFINS segue as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas ao ensino superior, a incidência do PIS é apurado pela alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. Vale ainda destacar que, a partir de julho de 2015 a Companhia e suas controladas, passaram a recolher PIS e COFINS sobre os rendimentos com aplicações financeiras, com alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Sobre as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada Município as alíquotas são de 2,00% a 5,00%.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente registrados pela Companhia e suas controladas, quando tornam-se parte de disposições contratuais de determinado instrumento.

i. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados.
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo
 ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso
 significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia e suas
 controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a
 Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os
 riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência, além do contas a receber de alunos (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para os ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no período findo em 30 de junho de 2020, pois de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos, debêntures, e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou controladas que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.7 Instrumentos financeiros - derivativos

A controlada Módulo utilizou até o início do exercício corrente, instrumentos financeiros derivativos, principalmente *swaps*, para fornecer proteção contra o risco de variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

A Módulo utilizou contratos de *swap* com o objetivo de proteger a exposição a variações no valor justo dos empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia não possui contabilidade de *hedge accounting*.

2.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Os saldos de contas a receber da Companhia estão ajustados a valor presente conforme demonstrado na Nota 7.

2.9 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019 a Companhia não possui efeitos em outros resultados abrangentes ou registrados diretamente no patrimônio líquido derivados das demonstrações financeiras intermediárias de suas controladas.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado.

2.10 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. A Companhia não possui ativos qualificáveis nos períodos apresentados.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Acervo bibliográfico	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos audiovisuais	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(a)
Direito de uso	(b)

- (a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 4,0% a 10,0% a.a. variando de acordo com o período de locação.
- (b) Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, que variam em torno de 3 a 22 anos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.11 Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para fazer frente aos seus compromissos com arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos,

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, de acordo com o prazo contratual.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.13.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento (fluxo de caixa descontado real). Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa (tais como a inflação que é incorporada ao passivo de arrendamento e direito de uso quando aplicada na data base de reajuste dos aluguéis), e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa, geralmente percentuais sobre a receita líquida sobre os serviços prestados da Companhia, e são reconhecidos como custos dos serviços prestados no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo e financiamento incremental (taxa nominal) na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor (a Companhia tem

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

como política considerar ativos de baixo valor aqueles cujo valor do ativo quando novo é igual ou inferior a R\$ 20). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.12 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Carteira de clientes 6,3 anos
Marca 21,2 anos
Licenças MEC Indefinida
Cláusula de não concorrência 6 anos
Pólos de ensino 5 anos
Software 10 anos

2.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 30 de setembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente (em 30 de setembro), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Frente ao atual cenário econômico financeiro do pais, a Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam gerar algum *impairment* em seus ativos não financeiros frente à COVID-19. Os impactos foram estruturados com base na melhor informação disponível até o momento. Vale colocar que após a conclusão dos testes de recuperação dos ativos, a Companhia não identificou elementos que indiquem a necessidade de constituição de provisão para *impairment* em 30 de junho de 2020.

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida são amortizados e depreciados, respectivamente, bem como avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A avaliação da existência de indicativos de perda do valor econômico é realizada no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.14 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.16 Adiantamento de clientes

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47/IFRS 15 - Contratos com clientes.

2.17 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média ponderada das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.

2.18 Receita diferida

Com a mudança do CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil para a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos (R2), foi identificado um arrendamento em uma controlada indireta da CEUNSP, que nos termos da norma, não se qualificam como arrendamento mercantil e sim como um retroarrendamento do imóvel e foi contabilizada como venda. A operação de *sale and leaseback*, resultou em um ganho auferidos na venda, e à luz da norma, este ganho foi registrado no passivo da Companhia como uma receita diferida está sendo amortizado ao longo do prazo do arrendamento.

2.19 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for favorável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas

Desde 01 de Janeiro de 2018, o CPC 47 / IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substancia comercial, e; (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das atividades operacionais do Grupo:

Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino superior (graduação e pós graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados.

Venda de produtos

A receita pela comercialização de produtos é reconhecida no cumprimento das obrigações ao transferir o produto ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ao longo do contrato, conforme o acordo comercial assumido. A Companhia e suas controladas utilizam a política de reconhecimento de receita na data em que o produto é entregue ao comprador, visto que os principais produtos são livros e apostilas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros e incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

2.20 Demonstração dos fluxos de caixa e do valor adicionado ("DVA")

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento como atividade de financiamento.

A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras intermediárias. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.21 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Normas novas que estão em vigor a partir de 2020

Não houve novas normas IFRS, pronunciamentos e IFRIC's com adoção a partir de janeiro de 2020 que trouxeram substanciais alterações às práticas adotadas pela Companhia.

3 Avaliação das informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, e entregues em formatos diferentes como campi e pólos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia e/ou suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Companhia e/ou suas controladas utilizam seu julgamento para escolher os dados e premissas utilizados nestas avaliações. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas, podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final.

Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

Tributos

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A Companhia e/ou suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa

A Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida.

A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma, e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento.

5 Combinação de negócios

5.1 Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda.

Em setembro de 2019, a controlada ACEF firmou um acordo de investimento com os acionistas da Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda., para a aquisição de participação societária equivalente a 100% (cem por cento) do capital social total da empresa investida, com assunção do controle a partir de 06 de fevereiro de 2020. A aquisição foi motivada, fundamentalmente, em razão do interesse da ACEF em expandir sua operação na região de atuação da Adquirida.

Em 22 de novembro de 2019, a aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), por meio do ato de concentração nº 08700.005225/2019-95.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O preço pago é composto da seguinte forma:

Descrição	Valor
Preço de aquisição	160.399
Ajuste de preço – capital de giro	(120.222)
Total da contraprestação	40.177

Alocação do valor justo

Em cumprimento aos dispositivos do CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Combinações de Negócios, a Administração da Companhia concluiu por meio de laudo preliminar de PPA todas as mensurações nos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na data de aquisição, perfazendo as alocações abaixo apresentadas.

Segue posição preliminar dos saldos reconhecidos na combinação de negócio em 06 de fevereiro de 2020:

Descrição	Posição em 31/01/2020	Alocação dos ativos identificáveis líquidos	Alocação em 30/06/2020
Ativos		-	
Caixa e equivalentes de caixa	349	-	349
Contas a receber	9.911	-	9.911
Depósitos judiciais	2.138	-	2.138
Tributos a recuperar	99	-	99
Outros ativos	789	-	789
Imobilizado, líquido	2.901	-	2.901
Direito de uso	1.115	-	1.115
Intangíveis	313	-	313
Marcas	-	25.432	25.432
Carteira de alunos	_	26.546	26.546
Cláusula de não concorrência	_	2.745	2.745
Polos EAD		15.054	15.054
	17.615	69.777	87.392
Passivo			
Empréstimos	(30.313)	-	(30.313)
Fornecedores	(42.391)	-	(42.391)
Obrigações trabalhistas	(7.623)	-	(7.623)
Obrigações Tributárias	(138.822)	-	(138.822)
Adiantamentos de clientes	(2.081)	-	(2.081)
Passivo de arrendamento	(1.221)	-	(1.221)
Tributos Diferidos	(17.738)	-	(17.738)
Provisão para demanda judiciais	(4.493)	(154)	(4.647)
Outros passivos	(18.883)	-	(18.883)
	(263.564)	(154)	(263.718)
Total de ativos identificáveis líquidos	(245.949)	69.623	(176.326)
Ágio	286.126	(69.623)	216.503
Total da contraprestação	40.177	•	40.177

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados.

Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis

Foram observados os critérios definidos no CPC 04 (R1)/IAS 38 - Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir:

Ativo	R\$	Método	Prazo esperado de amortização
Marcas	25.432	Método de "rendimentos excedentes"	25 anos
Carteira de alunos	26.545	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos
Cláusula de não concorrência	2.745	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos
Polo EAD	15.054	"With or Without Method"	8 anos e 11 meses

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Saída de caixa líquida na aquisição da Braz Cubas

	Fevereiro/2020
Preço de aquisição	160.399
Parcela retida (i)	(17.500)
Ajuste de Preço	(120.222)
Preço de aquisição pago em caixa	22.677
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(349)
Efeito líquido no fluxo de caixa da adquirente	22.328

(i) Parcelas de R\$7.500 e R\$10.000 a serem ajustadas pela variação do CDI e que serão pagas até 20 de fevereiro de 2025 e 20 de fevereiro de 2026, respectivamente.

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

O resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela Braz Cubas, a partir de fevereiro de 2020, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 06 de fevereiro de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde fevereiro de 2020 inclui o valor de receitas líquidas gerado por Braz Cubas de R\$45.817. Braz Cubas também contribuiu com um prejuízo de R\$801 no mesmo período.

Cláusulas de reembolso de contingências

A Companhia possui cláusula contratual para eventuais desembolsos financeiros para contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição da Braz Cubas com suas respectivas controladas.

5.2 Grupo Positivo

Em 05 de dezembro de 2019 a SECID firmou um acordo de investimento com os acionistas do Grupo Positivo, detentores do Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.; Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda.; Aussee Investimentos – Participações Societárias Ltda.; Hefa Investimentos – Participações Ltda.; Humboldt Investimentos – Participações Societárias Ltda.; Napoli Investimentos – Participações Societárias Ltda.; e Telurium Investimentos – Participações Societárias Ltda., para a aquisição de participação societária equivalente a 100% (cem por cento) do capital social total das empresas investidas, com assunção do controle a partir de 04 de março de 2020. A aquisição foi motivada, fundamentalmente, em razão do interesse da SECID em expandir sua operação na região de atuação da Adquirida.

A aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE), em 11 de fevereiro de 2020, por meio do ato de concentração nº 08700.000078/2020-09.

O preço pago é composto da seguinte forma:

Descrição	Valor
Preço de aquisição	538.766
Ajuste do preço	19.641
Total da contraprestação	558.407

Alocação do valor justo

Em cumprimento aos dispositivos do CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Combinações de Negócios, a Administração da Companhia concluiu por meio de laudo preliminar de PPA todas as mensurações nos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na data de aquisição, perfazendo as alocações abaixo apresentadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

Segue posição preliminar dos saldos reconhecidos na combinação de negócio em 04 de março de 2020:

Descrição	Posição em 04/03/2020	Alocação dos ativos identificáveis líquidos	Alocação em 30/06/2020
Ativos		•	
Caixa e equivalentes de caixa	6.234	-	6.234
Contas a receber	20.342	-	20.342
Partes relacionadas	10.121	=	10.121
Depósitos judiciais	4.431	-	4.431
Tributos a Recuperar	2.426	=	2.426
Arrendamentos	139.076	-	139.076
Tributos Diferidos	12.358	=	12.358
Outros Ativos	3.774	-	3.774
Imobilizado, líquido	55.322	=	55.322
Intangíveis	32.505	-	32.505
Marcas	=	72.326	72.326
Carteira de alunos	-	18.441	18.441
Cláusula de não concorrência	-	10.225	10.225
Licença MEC	=	82.893	82.893
Polos EAD	=	74.273	74.273
	286.590	258.158	544.748
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	(124)	-	(124)
Fornecedores	(7.299)	-	(7.299)
Obrigações trabalhistas	(19.934)	-	(19.934)
Obrigações tributárias	(4.960)	-	(4.960)
Adiantamentos de clientes	(12.155)	-	(12.155)
Obrigações por aquisição de participações societárias	(3.428)	=	(3.428)
Obrigações com partes relacionadas	(2.256)	-	(2.256)
Arrendamentos	(145.858)	-	(145.858)
Provisão para demanda judiciais	(8.102)	(246)	(8.348)
Outros passivos	(1.141)	· -	(1.141)
	(205.256)	(246)	(205.503)
Total de ativos identificáveis líquidos	81.334	257.912	339.246
Ágio	477.074	(257.912)	219.162
Total da contraprestação	558.407	-	558.407

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados.

Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis e da mais valia do imobilizado

Os critérios observados para o reconhecimento dos ativos intangíveis identificados na combinação de negócios e da mais valia do imobilizado foram conforme segue:

Ativo	R\$	Método	de amortização
Marcas	72.326	Método da "economia de royalties"	25 anos
Carteira de alunos	18.441	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos e 10 meses
Cláusula de não concorrência	10.225	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos
Licença MEC	82.893	"With or Without Method"	Indefinido
Polos EAD	74.273	Método "Fluxo de caixa incremental"	14 anos e 10 meses

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Saída de caixa líquida na aquisição da Positivo

	Março/2020
Preço de aquisição	558.407
Parcela retida (i)	(246.768)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(6.234)
Efeito líquido no fluxo de caixa da adquirente	305.405

⁽i) As parcelas serão ajustadas pela variação do CDI e pagas conforme cronograma: R\$40.000 até 04 de agosto de 2022, outra parcela retida de R\$40.000 até 04 de março de 2024 e uma última parcela retida de R\$166.768 até 11 de fevereiro de 2028.

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

O resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela Positivo, a partir de março de 2020, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 04 de março de 2020.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde março de 2020 inclui o valor de receitas líquidas gerado por Positivo de R\$116.518. Positivo também contribuiu com um prejuízo de R\$2.005 no mesmo período.

Cláusulas de reembolso de contingências

A Companhia possui cláusula contratual para eventuais desembolsos financeiros para contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição da Positivo com suas respectivas controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		C	onsolidado
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Caixa	16	20	27	32
Banco conta movimento	5.633	944	32.831	9.729
Equivalentes de caixa (a)	12	4.497	271.050	12.962
Total	5.661	5.461	303.908	22.723

(a) Os saldos mantidos em equivalentes de caixa são representados principalmente por: (i) aplicações automáticas em renda fixa com liquidez imediata e remuneradas à taxa de juros que variam de 70% a 101,5% do CDI para 30 de junho de 2020 (2% a 55% em 31 de dezembro de 2019); (ii) fundos de investimentos em renda fixa de curto prazo, remunerados à taxa de juros que variam de 90% a 99% do CDI para 31 de dezembro de 2019. Visto o cenário econômico atual e a redução dos durations dos ativos de renda fixa, alteramos no período as aplicações em fundos de investimentos em renda fixa de curto prazo para CDBs, que remuneram 100% do CDI; e (iii) afim de reduzir a incidência de IOF, o capital de giro de curtíssimo prazo está aplicado em compromissadas com remuneração de 65% do CDI e breakeven de 20 dias em comparação ao CDB.

7 Contas a receber

		C	ontroladora	C	onsolidado
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Mensalidades	(a)	105.826	89.774	445.359	299.553
Crédito universitário	(b)	6.083	9.651	89.097	80.752
Acordos em andamento	(c)	7.378	5.357	31.805	20.781
Outras contas a receber		7.859	3.684	34.752	14.142
Subtotal		127.146	108.466	601.013	415.228
Provisão para perdas estimadas com créditos					
de liquidação duvidosa	(d)	(85.324)	(71.207)	(365.555)	(241.607)
Ajuste a valor presente		(264)	(574)	(2.573)	(4.673)
Total		41.558	36.685	232.885	168.948
Circulante		40.091	36.175	215.995	157.321
Não circulante		1.467	510	16.890	11.627

- (a) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.
- (b) Compreende as mensalidades a receber objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Companhia e suas controladas.

FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF ou Banco do Brasil e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e tributos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões de títulos do Tesouro Nacional.

A Companhia e suas controladas constituem provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados na modalidade FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo programa. A Companhia é responsável por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos com fiador, a Companhia é responsável por 15% de eventual inadimplência do aluno. Para os contratos garantidos pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativa - FGEDUC, a Companhia assume 15% de eventual inadimplência sobre os 10% não cobertos pelo fundo.

Em dezembro de 2014, o Ministério da Educação e Cultura - MEC definiu as portarias normativas n.º 21 e n.º 23 que modificam principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM para os alunos ingressantes a partir de março de 2015.

- (c) Referem-se a títulos negociados de acordo com a política de cobrança, em que os juros e multas podem ou não ser isentos de acordo com a negociação. Tais negociações ocorrem, principalmente, por meio de cartões, crédito e débito, ou boletos. Caso haja receita financeira, ela é reconhecida no momento do recebimento.
- (d) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber, de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros.

A movimentação da provisão para perdas estimadas com créditos para liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

		Controladora	Consolidado
(=)	Saldos em 31/12/2018	65.339	261.629
(+/-)	Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de		
(.,)	liquidação duvidosa	10.443	25.753
(+/-)	Baixa contra contas a receber (i)	(8.254)	(30.975)
(=)	Saldos em 30/06/2019	67.528	256.407
		Controladora	Consolidado
(=)	Saldos em 31/12/2019	71.207	241.607
(./)	Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de		
(+/-)	liquidação duvidosa	18.820	81.414
(+)	Combinação de Negócios	-	61.840
(+/-)	Baixa contra contas a receber (i)	(4.703)	(19.306)
(=)	Saldos em 30/06/2020	85.324	365.555

(i) Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 4 anos o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado guando de sua realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é apresentada a seguir:

			Contro	ladora
	30/06/2020	%	31/12/2019	%
A vencer				
Crédito universitário	6.083	5%	9.651	9%
Mensalidades a receber	4	0%	-	0%
Acordos em andamento	4.119	3%	2.409	2%
Outras contas a receber	7.859	6%	3.684	3%
Vencidos				
Até 180 dias	36.089	28%	31.874	29%
Acima de 180 dias	72.992	57%	60.848	56%
Total	127.146	100%	108.466	100%

			Conso	lidado
	30/06/2020	%	31/12/2019	%
A vencer				
Crédito universitário	89.097	15%	65.284	16%
Mensalidades a receber	217	0%	495	0%
Acordos em andamento	20.686	3%	10.261	2%
Outras contas a receber	100.695	17%	14.162	3%
Vencidos				
	454.000	050/	400 400	050/
Até 180 dias	151.062	25%	103.199	25%
Acima de 180 dias	239.256	40%	221.827	53%
Total	601.013	100%	415.228	100%

8 Outros créditos

	C	ontroladora	ra Consol	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Contas a receber de venda de imóvel (a)	-	-	14.467	16.074
Adiantamentos a funcionários	4.175	270	16.469	1.174
Adiantamentos a fornecedores	7.448	1.847	14.933	5.651
Garantia prov. p/ contingências (b)	-	-	13.061	11.318
Outros créditos	456	959	9.649	3.639
Total	12.079	3.076	68.579	37.856
Circulante	12.079	3.076	39.500	12.586
Não circulante	-	-	29.079	25.270

- (a) Refere- se a compromisso de compra e venda celebrado em 20 de março de 2017 pela controlada indireta Ceunsp com a Motriz Participações Ltda. Os valores a custo do imóvel e mais valia foram baixados e reconhecidos de acordo com os critérios de reconhecimento inicial de que tratam o CPC 06/IAS 17 Operações de arrendamento mercantil.
- (b) Conforme o contrato de compra e venda da Santa Rita, Cesuca, Unipê, Braz Cubas e Positivo existem garantias atreladas aos processos prováveis judiciais/administrativos em discussão em que a Companhia figura no pólo

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores serão de responsabilidade dos vendedores, sendo reembolsado os valores à Companhia e suas controladas.

9 Investimentos

a) Movimentação dos investimentos

	Módulo	UDF	Unicid	Unifran	Acervo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	35.616	105.481	199.106	164.314	55	504.572
Equivalência patrimonial	(171)	22.470	35.890	35.211	-	93.400
Efeito líquido da combinação de negócios (i)		-	(256)	(327)	-	(583)
Equivalência patrimonial total	(171)	22.470	35.634	34.884	-	92.817
Distribuição de lucros	-	(5.150)	(26.300)	(38.951)	-	(70.401)
Saldo em 30 de junho de 2019	35.445	122.801	208.440	160.247	55	526.988
						_
	Módulo	UDF	Unicid	Unifran	Acervo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	Módulo 33.023	UDF 120.454	Unicid 229.415	Unifran 160.953	Acervo 55	Total 543.900
Saldo em 31 de dezembro de 2019 Equivalência patrimonial						
	33.023	120.454	229.415	160.953	55	543.900
Equivalência patrimonial	33.023	120.454	229.415 (7.124)	160.953 6.438	55	543.900 940
Equivalência patrimonial Efeito líquido da combinação de negócios (i)	33.023 (484)	120.454 2.110	229.415 (7.124) (256)	160.953 6.438 (328)	55 - -	543.900 940 (584)

⁽i) Efeito das amortizações dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios e reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia.

52

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas

_			30 de jur	nho de 2020
_	Módulo	UDF	Unicid	Unifran
% de participação	99,40%	99,98%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	7.075	48.975	209.039	246.626
Ativo não circulante	39.455	122.607	1.644.622	925.728
Total do ativo	46.530	171.582	1.853.661	1.172.354
Passivo circulante	6.469	31.700	188.932	262.918
Passivo não circulante	16.547	72.194	1.621.443	882.000
Patrimônio líquido	23.514	67.688	43.286	27.436
Total do passivo e patrimônio líquido	46.530	171.582	1.853.661	1.172.354
Receita líquida	14.995	66.859	367.115	258.567
Custo dos serviços prestados	(8.544)	(35.125)	(195.209)	(131.700)
Despesas operacionais, líquidas	(6.254)	(22.990)	(135.176)	(82.158)
Despesas financeiras, líquidas	(1.111)	(6.975)	(45.105)	(39.000)
Imposto de renda e contribuição social	430	341	1.251	729
Lucro (prejuízo) líquido do período	(484)	2.110	(7.124)	6.438
			30 de junh	
	Módulo	UDF	Unicid	Unifran
% de participação	99,40%	99,98%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	20.070	26.413	368.449	77.708
Ativo não circulante	28.637	113.521	374.577	621.237
Total do ativo	48.707	139.934	743.026	698.945
Passivo circulante	7.428	19.738	95.725	91.663
Passivo não circulante	14.339	39.605	590.886	567.225
Patrimônio líquido	26.940	80.591	56.415	40.057
Total do passivo e patrimônio líquido	48.707	139.934	743.026	698.945
Receita líquida	15.781	69.701	261.174	225.351
Custo dos serviços prestados	(9.293)	(30.295)	(129.483)	(110.765)
Despesas operacionais, líquidas	(6.294)	(12.600)	(63.541)	(53.084)
Despesas financeiras, líquidas	(275)	(5.411)	(32.606)	(27.295)
Imposto de renda e contribuição social	(90)	1.075	346	1.004
Lucro (prejuízo) líquido do período	(171)	22.470	35.890	35.211

53

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Imobilizado

a) Controladora

	31	/12/2019	Adições	Transf.	30/06/2020
Custo Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros	31	11.254 22.300 29.048 16.106 2.435 19.450	95 1.104 446 1.410		11.349 23.404 29.494 17.516 2.435 19.450
Imobilizações em andamento (a)		6.931	2.542	-	9.473
Outras imobilizações		3.657	516	-	4.173
Depreciação Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Outras imobilizações		(8.986) (14.657) (18.782) (11.606) (2.262) (4.352) (1.979) (62.624) 48.557	6.113 (293) (1.131) (715) (385) (38) (956) - (3.756) 2.357	383	(9.279) (15.788) (19.114) (11.991) (2.300) (5.691) (1.979) (66.380) 50.914
	Saldos em 31/12/2018	Adições	Tra	nsf.	Saldos em 30/06/2019
Custo	31/12/2018	•		nsf.	30/06/2019
Acervo bibliográfico	31/12/2018 10.249	50	5	nsf.	30/06/2019 10.754
Acervo bibliográfico Equipamentos de informática	31/12/2018 10.249 16.854	50 1.23	5 8	nsf. - -	30/06/2019 10.754 18.092
Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos	31/12/2018 10.249 16.854 25.480	50 1.23 2.28	5 8 8	- - -	10.754 18.092 27.768
Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios	10.249 16.854 25.480 14.970	50 1.23 2.28 55	5 8 8	nsf. - - - -	10.754 18.092 27.768 15.521
Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações	10.249 16.854 25.480 14.970 2.428	50 1.23 2.28 55	5 8 8 1	- - - -	10.754 18.092 27.768 15.521 2.436
Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros	10.249 16.854 25.480 14.970 2.428 6.392	50 1.23 2.28 55	5 8 8 1 8	- - - - - 10.846	10.754 18.092 27.768 15.521 2.436 17.238
Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a)	10.249 16.854 25.480 14.970 2.428 6.392 10.744	50 1.23 2.28 55	5 8 8 1 8 -	- - - -	10.754 18.092 27.768 15.521 2.436 17.238 2.536
Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros	10.249 16.854 25.480 14.970 2.428 6.392	50 1.23 2.28 55 2.63 73	5 8 8 1 8 - 8 (1	- - - - - 10.846	10.754 18.092 27.768 15.521 2.436 17.238
Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Outras imobilizações	10.249 16.854 25.480 14.970 2.428 6.392 10.744 2.591	50 1.23 2.28 55	5 8 8 1 8 - 8 (1	- - - - 10.846 10.846)	10.754 18.092 27.768 15.521 2.436 17.238 2.536 3.321
Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Outras imobilizações	10.249 16.854 25.480 14.970 2.428 6.392 10.744 2.591 89.708	50 1.23 2.28 55 2.63 73 7.95	5 8 8 1 8 - 8 0	- - - - 10.846 10.846)	10.754 18.092 27.768 15.521 2.436 17.238 2.536 3.321 97.666
Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Outras imobilizações	10.249 16.854 25.480 14.970 2.428 6.392 10.744 2.591	50 1.23 2.28 55 2.63 73	5 8 8 1 8 - 8 0 8	- - - - 10.846 10.846)	10.754 18.092 27.768 15.521 2.436 17.238 2.536 3.321
Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Outras imobilizações Depreciação Acervo bibliográfico	10.249 16.854 25.480 14.970 2.428 6.392 10.744 2.591 89.708	50 1.23 2.28 55 2.63 73 7.95	5 8 8 1 8 8 - 8 0 8 8	- - - - - 10.846 10.846) - -	10.754 18.092 27.768 15.521 2.436 17.238 2.536 3.321 97.666
Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Outras imobilizações Depreciação Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios	10.249 16.854 25.480 14.970 2.428 6.392 10.744 2.591 89.708 (7.721) (13.072) (18.542) (10.800)	50 1.23 2.28 55 2.63 73 7.95 (611 (603 (167	5 8 8 1 8 - 8 (° 0 8 8	- - - 10.846 10.846) - - -	10.754 18.092 27.768 15.521 2.436 17.238 2.536 3.321 97.666 (8.332) (13.675) (18.709) (11.171)
Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Outras imobilizações Depreciação Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações	10.249 16.854 25.480 14.970 2.428 6.392 10.744 2.591 89.708 (7.721) (13.072) (18.542) (10.800) (2.151)	50 1.23 2.28 55 2.63 73 7.95 (611 (603 (167 (371	5 8 8 1 8 - 8 (° 0 8 8 1) 3) 7)	- - - 10.846 10.846) - - -	10.754 18.092 27.768 15.521 2.436 17.238 2.536 3.321 97.666 (8.332) (13.675) (18.709) (11.171) (2.209)
Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Outras imobilizações Depreciação Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros	10.249 16.854 25.480 14.970 2.428 6.392 10.744 2.591 89.708 (7.721) (13.072) (18.542) (10.800) (2.151) (3.305)	50 1.23 2.28 55 2.63 7.3 7.95 (611 (603 (167 (371 (582	5 8 8 1 8 - 8 0 8 (' 0 8	- - - 10.846 10.846) - - - -	10.754 18.092 27.768 15.521 2.436 17.238 2.536 3.321 97.666 (8.332) (13.675) (18.709) (11.171) (2.209) (3.887)
Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Outras imobilizações Depreciação Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações	10.249 16.854 25.480 14.970 2.428 6.392 10.744 2.591 89.708 (7.721) (13.072) (18.542) (10.800) (2.151)	50 1.23 2.28 55 2.63 73 7.95 (611 (603 (167 (371	5 8 8 1 8 - 8 0 8 (' 8 8 (' 8 1) 3) 7) 1) 3) 2)	- - - 10.846 10.846) - - - - -	10.754 18.092 27.768 15.521 2.436 17.238 2.536 3.321 97.666 (8.332) (13.675) (18.709) (11.171) (2.209)

32.968

5.104

Saldos em

Saldos em

38.072

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Reclassif.	Combinação de Negócios	Saldos em 30/06/2020
Custo						
Terrenos	80.390			_	_	80.390
Prédios	101.979	310	_			102.289
Acervo bibliográfico	44.499	214	(109)	(7)	21.626	66.223
Equipamentos de informática	76.524	2.222	(1.994)	(1.226)	33.047	108.573
Máquinas e equipamentos	92.965	2.041	(1.347)	(3.704)	5.031	94.986
Móveis e utensílios	65.402	5.130	(4.796)	(1.559)	31.891	96.068
Instalações	23.393	3.195	-	980	25	27.593
Benfeitorias em propriedades de terceiros	95.402	241	-	(75)	25.785	121.353
Imobilizações em andamento (a)	56.591	5.339	-	(2.342)	113	59.701
Laboratórios	-	630	(208)	7.933	34.685	43.040
Outras imobilizações	6.182	2.149	-	-	1.473	9.804
	643.327	21.471	(8.454)	-	153.676	810.020
Depreciação						
Prédios	(3.849)	(3.145)	-	-	-	(6.994)
Acervo bibliográfico	(30.059)	(2.285)	-	24	(16.526)	(48.846)
Equipamentos de informática	(53.382)	(4.973)	1.343	1.095	(26.570)	(82.487)
Máquinas e equipamentos	(48.768)	(3.613)	1.008	(2.672)	(3.264)	(57.309)
Móveis e utensílios	(37.522)	(6.251)	3.656	1.043	(23.420)	(62.494)
Instalações	(22.098)	(761)	-	(486)	(22)	(23.367)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(16.818)	(4.793)	-	(2.227)	(4.096)	(25.707)
Laboratorios Outras imobilizações	(5.999)	(1.021)	-	(3.237) 4.233	(20.157) (1.398)	(24.415) (3.714)
Outras imobilizações	(218.495)	(550) (27.392)	6.007	4.233	(95.453)	(335.333)
	424.832	(5.921)	(2.447)		58.223	474.687
	727.002	(0.021)	(2.447)		00.220	777.007
	0-1-1					0-1-1
	Saldos em 31/12/2018	Adições	<u> </u>	Baixas	Reclassif.	Saldos em 30/06/2019
Custo		Adições	<u> </u>	Baixas	Reclassif.	
Custo Terrenos	31/12/2018	Adições	. E	Baixas -	Reclassif.	30/06/2019
Terrenos	31/12/2018 80.390	Adições	- -	Baixas - -	Reclassif.	30/06/2019 80.390
Terrenos Prédios	31/12/2018	-	- - - 027	Baixas - - -	Reclassif.	30/06/2019
Terrenos Prédios Acervo bibliográfico	80.390 101.979	1.(-	3aixas - - - - -	Reclassif.	80.390 101.979
Terrenos Prédios	80.390 101.979 42.319	1.(4.8	- -)27	3aixas - - - - - -	Reclassif.	80.390 101.979 43.346
Terrenos Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática	80.390 101.979 42.319 64.683	1.0 4.8 4.2	- - 027 327	3aixas	Reclassif.	80.390 101.979 43.346 69.510
Terrenos Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações	80.390 101.979 42.319 64.683 83.416 61.524 23.245	1.0 4.8 4.2 2.5	- - 027 327 264		- - - - - -	80.390 101.979 43.346 69.510 87.680 64.032 23.357
Terrenos Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros	80.390 101.979 42.319 64.683 83.416 61.524 23.245 51.819	1.0 4.8 4.2 2.5	- - - - - - - - - - - - - - - - - - -		- - - - - - - - - - - - - - - -	80.390 101.979 43.346 69.510 87.680 64.032 23.357 88.913
Terrenos Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a)	80.390 101.979 42.319 64.683 83.416 61.524 23.245 51.819 56.960	1.0 4.8 4.2 2.5	- - - - - - - - - - - - - - - - - - -	- - - - - - - -	- - - - - -	80.390 101.979 43.346 69.510 87.680 64.032 23.357
Terrenos Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Propriedade de arrendamento mercantil	80.390 101.979 42.319 64.683 83.416 61.524 23.245 51.819 56.960 31.064	1.0 4.8 4.2 2.5 25.3	- 027 327 264 508 112 - 323		37.094 (37.094)	80.390 101.979 43.346 69.510 87.680 64.032 23.357 88.913 45.189
Terrenos Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a)	80.390 101.979 42.319 64.683 83.416 61.524 23.245 51.819 56.960 31.064 4.402	1.0 4.8 4.2 2.5 1 25.3	- - - - - - - - - - - - - - - - - - -	(31.064)	37.094 (37.094)	80.390 101.979 43.346 69.510 87.680 64.032 23.357 88.913 45.189
Terrenos Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Propriedade de arrendamento mercantil Outras imobilizações	80.390 101.979 42.319 64.683 83.416 61.524 23.245 51.819 56.960 31.064	1.0 4.8 4.2 2.5 25.3	- - - - - - - - - - - - - - - - - - -	- - - - - - - -	37.094 (37.094)	80.390 101.979 43.346 69.510 87.680 64.032 23.357 88.913 45.189
Terrenos Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Propriedade de arrendamento mercantil Outras imobilizações Depreciação	80.390 101.979 42.319 64.683 83.416 61.524 23.245 51.819 56.960 31.064 4.402 601.801	1.0 4.8 4.2 2.5 1 25.3 1.0 39.1	- - - - - - - - - - - - - - - - - - -	(31.064)	37.094 (37.094)	80.390 101.979 43.346 69.510 87.680 64.032 23.357 88.913 45.189 5.469
Terrenos Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Propriedade de arrendamento mercantil Outras imobilizações Depreciação Prédios	80.390 101.979 42.319 64.683 83.416 61.524 23.245 51.819 56.960 31.064 4.402 601.801	1.0 4.8 4.2 2.5 1 25.3 1.0 39.1	- - - - - - - - - - - - - - - - - - -	(31.064)	37.094 (37.094)	80.390 101.979 43.346 69.510 87.680 64.032 23.357 88.913 45.189 5.469 609.865
Terrenos Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Propriedade de arrendamento mercantil Outras imobilizações Depreciação Prédios Acervo bibliográfico	80.390 101.979 42.319 64.683 83.416 61.524 23.245 51.819 56.960 31.064 4.402 601.801 (1.081) (25.517)	1.0 4.8 4.2 2.5 1 25.3 1.0 39.1 (1.6 (2.2	- - - - - - - - - - - - - - - - - - -	(31.064)	37.094 (37.094)	80.390 101.979 43.346 69.510 87.680 64.032 23.357 88.913 45.189 5.469 609.865 (2.716) (27.774)
Terrenos Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Propriedade de arrendamento mercantil Outras imobilizações Depreciação Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática	80.390 101.979 42.319 64.683 83.416 61.524 23.245 51.819 56.960 31.064 4.402 601.801 (1.081) (25.517) (46.127)	1.0 4.8 4.2 2.5 1 25.3 1.0 39.1 (1.6 (2.2 (3.2	- - - - - - - - - - - - - - - - - - -	(31.064)	37.094 (37.094)	80.390 101.979 43.346 69.510 87.680 64.032 23.357 88.913 45.189 5.469 609.865 (2.716) (27.774) (49.344)
Terrenos Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Propriedade de arrendamento mercantil Outras imobilizações Depreciação Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos	80.390 101.979 42.319 64.683 83.416 61.524 23.245 51.819 56.960 31.064 4.402 601.801 (1.081) (25.517) (46.127) (42.966)	1.0 4.8 4.2 2.5 1.0 39.1 (1.6 (2.2 (3.2	- - - - - - - - - - - - - - - - - - -	(31.064)	37.094 (37.094)	80.390 101.979 43.346 69.510 87.680 64.032 23.357 88.913 45.189 5.469 609.865 (2.716) (27.774) (49.344) (45.721)
Terrenos Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Propriedade de arrendamento mercantil Outras imobilizações Depreciação Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios	80.390 101.979 42.319 64.683 83.416 61.524 23.245 51.819 56.960 31.064 4.402 601.801 (1.081) (25.517) (46.127) (42.966) (31.954)	1.0 4.8 4.2 2.5 1.0 39.1 (1.6 (2.2 (3.2 (2.7 (2.9	- - - - - - - - - - - - - - - - - - -	(31.064)	37.094 (37.094)	80.390 101.979 43.346 69.510 87.680 64.032 23.357 88.913 45.189 5.469 609.865 (2.716) (27.774) (49.344) (45.721) (34.862)
Terrenos Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Propriedade de arrendamento mercantil Outras imobilizações Depreciação Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos	80.390 101.979 42.319 64.683 83.416 61.524 23.245 51.819 56.960 31.064 4.402 601.801 (1.081) (25.517) (46.127) (42.966)	1.0 4.8 4.2 2.5 1.0 39.1 (1.6 (2.2 (3.2 (2.7 (2.9	- - - - - - - - - - - - - - - - - - -	(31.064)	37.094 (37.094)	80.390 101.979 43.346 69.510 87.680 64.032 23.357 88.913 45.189 5.469 609.865 (2.716) (27.774) (49.344) (45.721)
Terrenos Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Propriedade de arrendamento mercantil Outras imobilizações Depreciação Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações	80.390 101.979 42.319 64.683 83.416 61.524 23.245 51.819 56.960 31.064 4.402 601.801 (1.081) (25.517) (46.127) (42.966) (31.954) (21.395)	1.0 4.8 4.2 2.5 25.3 1.0 39.1 (1.6 (2.2 (3.2 (2.7 (2.9 (4)	- - - - - - - - - - - - - - - - - - -	(31.064)	37.094 (37.094)	80.390 101.979 43.346 69.510 87.680 64.032 23.357 88.913 45.189 5.469 609.865 (2.716) (27.774) (49.344) (45.721) (34.862) (21.800)
Terrenos Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Propriedade de arrendamento mercantil Outras imobilizações Depreciação Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros	80.390 101.979 42.319 64.683 83.416 61.524 23.245 51.819 56.960 31.064 4.402 601.801 (1.081) (25.517) (46.127) (42.966) (31.954) (21.395) (10.262)	1.0 4.8 4.2 2.5 25.3 1.0 39.1 (1.6 (2.2 (3.2 (2.7 (2.9 (4)	- - - - - - - - - - - - - - - - - - -	(31.064)	37.094 (37.094)	80.390 101.979 43.346 69.510 87.680 64.032 23.357 88.913 45.189 5.469 609.865 (2.716) (27.774) (49.344) (45.721) (34.862) (21.800)
Terrenos Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Imobilizações em andamento (a) Propriedade de arrendamento mercantil Outras imobilizações Depreciação Prédios Acervo bibliográfico Equipamentos de informática Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Benfeitorias em propriedades de terceiros Propriedade de arrendamento mercantil	80.390 101.979 42.319 64.683 83.416 61.524 23.245 51.819 56.960 31.064 4.402 601.801 (1.081) (25.517) (46.127) (42.966) (31.954) (21.395) (10.262) (1.299)	1.0 4.8 4.2 2.5 1 25.3 1.0 39.1 (1.6 (2.2 (3.2 (2.7 (2.9) (4.8)	- - - - - - - - - - - - - - - - - - -	(31.064)	37.094 (37.094) - - - - - - - -	80.390 101.979 43.346 69.510 87.680 64.032 23.357 88.913 45.189 5.469 609.865 (2.716) (27.774) (49.344) (45.721) (34.862) (21.800) (13.152)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campus. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica de benfeitorias em imóveis de terceiros e depreciados conforme contrato de locação.
- (b) Refere-se a reclassificação para o direito de uso dos itens classificados anteriormente como propriedade de investimento pela adoção da CPC 06 (R2) / IFRS 16 Arrendamento Operacional.

11 Intangível

A demonstração da movimentação do intangível é descrito abaixo:

a) Controladora

	%taxa	Saldos em		Saldos em
<u>Movimentação</u>	amortização	31/12/2019	Adições	30/06/2020
Custo				
Produção de materiais - EAD	20% a.a.	14.369	2.381	16.750
Softwares	20% a.a.	27.378	1.592	28.970
Amortizações				
Produção de materiais - EAD	20% a.a.	(10.324)	(3.609)	(13.933)
Softwares	20% a.a.	(18.018)	(1.141)	(19.159)
Total		13.405	(777)	12.628

Movimentação	%taxa amortização	Saldos em 31/12/2018	Adicões	Saldos em 30/06/2019
Custo				
Produção de materiais - EAD	20% a.a.	11.141	227	11.368
Softwares	20% a.a.	20.542	3.522	24.064
Amortizações				
Produção de materiais - EAD	20% a.a.	(7.486)	(1.837)	(9.323)
Softwares	20% a.a.	(14.705)	(790)	(15.495)
Total		9.492	1.122	10.614
Amortizações Produção de materiais - EAD Softwares	20% a.a.	(7.486) (14.705)	(1.837) (790)	(9.32 (15.49

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

Modulo	Consolidado	Saldos em		Combinação	Saldos em
Modulo	<u>Movimentação</u>		Adições		
Módulo 9 0.26 - 9,026 UDF 43.251 - 43.251 Unida 126.789 - 126.789 Lorizan 107.924 - 7.728 FASS 7.728 - 7.728 Colegis São Sebastião 60 30.248 Colégis Para Coles 201.922 - 201.926 Veritas 102.609 - 210.269 Unipe 201.922 - 210.269 Veritas 10.2609 - 210.269 Unipe 201.922 - 210.269 Veritas 10.2609 - 210.269 Veritas 10.2609 - 210.269 Unipe 201.922 - 210.269 Veritas 10.2609 - 210.609 Jona Dera Collando 15.200 - 211.650 Alcasa Colla Opracio de Compra - UCG Unida 15.507 - 11.652 Carteira de Aluros - Oraducação 15.507 -					
UDF		0.026			0.026
Unifical 126.789 - 126.789 - 126.789 - 107.924 - 107.9			-	-	
Diffran			_	-	
FASS 1,728			_	_	
Colégio Sálo Sébastião 3.026 - 3.026 - 6.3.219 Véritàs 102.609 - 1.26.009 - 1.26.009 Véritàs 102.609 - 216.503 Véritàs 102.609 - 216.503 Véritàs 102.609 - 216.503 Véritàs - 216.503 - 216.503 Véritàs -			_	_	
CEUINSP			_	_	
Verias			-	-	
Briza Cubas - 216.503 219.162 219.16			-	-	102.609
Positivo	Unipe	201.922	-	-	201.922
Alocação do preço de compra - UCG Unifran 11.652 11.652 11.652 Carteira de Alunos - Graduação 16.507 3.644 -	Braz Cubas	=	-	216.503	216.503
Marcia Unifran 11.652 - - 11.652 Carteira de Alunos - Graduação 16.507 - - 16.507 Carteira de Alunos - Outros 3.644 - 3.644 Pólos de Ensino 3.020 - 3.020 Alocação do preço de compra - UGC Unicid - - 15.645 Marca Unicid 15.645 - 15.645 Carteira de Alunos - Outros 942 - - 942 Pólos de Ensino 96 - - 996 Licenças MEC- Medicina 15.940 - - 15.940 Alocação do preço de compra - UGC CEUNSP - - 10.787 - 10.787 Relacionamento com clientes 6.085 - - 6.085 - - 0.6085 Cláusula de não concorrência 8.171 - - 10.787 - 10.787 - 10.787 - 10.787 - 10.787 - 10.787 - 10.787 - 10.787	Positivo	-	=	219.162	219.162
Carteira de Alunos - Graduação 16.507 - 16.507 Carteira de Alunos - Outros 3.644 - 3.644 - 3.644 Pólos de Ensino 3.010 - 3.010 - 3.010 Cionças MEC- Medicina 3.020 - 3.020 - 3.020 Alocação do preço de compra - UGC Unicid 31.021 - 13.021 - 13.021 Carteira de Alunos - Graduação 15.645 - 15.645 Carteira de Alunos - Graduação 15.645 - 15.645 Carteira de Alunos - Graduação 15.940 - 15.940 - 15.940 - 15.940 - 15.940 - 15.940 - 15.940 - 15.940 Alocação do preço de compra - UGC CEUNSP 3.171 - 15.940	Alocação do preço de compra - UCG Unifran				
Carteira de Alunos - Outros 3.644 - - 3.04 - - 3.010 Licenças MEC- Medicina 3.020 - - 3.020 3.020 - 3.020 3.020 - 3.020 - 3.020 - 3.020 - 3.020 - 3.020 - 1.020 - 15.040 - 15.040 - 15.045 - - 15.045 Carteira de Alunos - Outros 942 - - 942 - - 942 - - 942 - - 942 - - 942 - - 942 - - 942 - - 942 - - 942 - - 942 - - 942 - - 942 - - 942 - - - - 1842 - - - - - - - - - - - - - -		11.652	-	-	
Pólos de Ensino 3.010 - 3.020 Alocação do preço de compra - UGC Unicid - - 3.020 Marca Unicid 13.021 - - 13.021 Carteira de Alunos - Graduação 15.645 - 15.645 Carteira de Alunos - Outros 996 - 996 Pólos de Ensino 15.940 - - 15.645 Carteira de Alunos - Outros 996 - 996 Alocação do preço de compra - UGC CEUNSP - 10.787 - 10.787 Relacionamento com clientes 6.085 - - 6.085 Cláusuda de não concorrência 8.171 - - 8.171 Alocaçãos - Veritas - - 8.085 - - 6.085 Cláusta de Clientes Santa Rita 23.824 - 23.824 - 23.824 Carteira de Clientes Santa Rita 23.824 - 23.824 - 23.824 Carteira de Clientes Santa Rita 23.92 - 9.7231 -<			-	-	
Licenças MEC - Medicina 3.020 - 3.020 Alocação do preço de compra - UGC Unicid 31.021 - 1.13.021			-	-	
Allocação do preço de compra - UGC Unicid 13.021			-	-	
Marica Unicid		3.020	-	-	3.020
Carteira de Alunos - Graduação 15.645 - 15.645 Carteira de Alunos - Outros 942 - - 942 Pólos de Ensino 996 - - 996 Licenças MEC- Medicina 15.940 - - 15.940 Alocação do preço de compra - UGC CEUNSP - - 6.085 - - 6.085 Cláusula de não concorrência 8.171 - - 8.085 - - 6.085 Cláusula de não concorrência 8.171 - - 8.085 - - 6.085 - - 6.085 - - 6.085 - - 6.085 - - 6.085 - - 6.085 - - 6.085 - - 6.085 - - 6.085 - - 6.085 - - 6.085 - - 6.085 - - 2.024 - - 2.024 - 2.024 - 2.024					
Part			-	-	
Pólos de Ensino 996 - 996 Licenças MEC- Medicina 15.940 - 15.940 Alocação do preço de compra – UGC CEUNSP 10.787 - - 10.787 Relacionamento com clientes 6.085 - - 6.085 Cláusula de não concorrência 8.171 - - 8.171 Alocação do preço de compra – UGC Sul - - - 8.171 Alocação do preço de compra – UGC Sul - - 23.824 - - 23.824 Carteira de Clientes Santa Rita 22.302 - - 22.302 - - 22.302 Licenças MEC Santa Rita 22.302 - - 22.302 Licenças MEC Santa Rita 29.7321 - - 15.243 - - 27.321 - - 15.243 - - 27.321 - - 27.321 - - - 509 - - 509 - - 509 - - 509 - <			-	-	
Licenças MEC- Medicina 15.940 - 15.940 Alocação do preço de compra − UGC CEUNSP 10.787 - 10.787 Relacionamento com clientes 6.085 - - 6.085 Cláusula de não concorrência 8.171 - - 8.171 Alocação do preço de compra − UGC Sul Carteira de Clientes Cesuca 10.994 - 10.994 Marca Santa Rita 22.302 - 22.302 Licenças MEC Santa Rita 22.302 - 22.302 Licenças MEC Casuca 15.243 - 15.243 Alocação do preço de compra − UGC Litoral Norte Alocação do preço de compra − UGC Litoral Norte 509 - 509 Cláusula de não concorrência 899 - 509 Alocação do preço de compra − UGC Litoral Norte 509 - 509 Cláusula de não concorrência 899 - 509 Alocação do preço de compra − UGC Nordeste 899 - 899 Alocação do preço de compra − UGC Nordeste 800 - 936 Alocação do preço de compra − UGC Nordeste 800 - 800 Alocação do preço de compra − UGC Nordeste 800 - 800 Alocação do preço de compra − UGC Nordeste 800 - 800 Alocação do preço de compra − UGC Nordeste 800 - 800 Alocação do preço de compra − UGC Nordeste 800 - 800 Alocação do preço de compra − UGC Nordeste 800 - 800 Alocação do preço de compra − UGC Nordeste 800 - 800 Alocação do preço de compra − UGC Nordeste 800 - 800 Alocação do preço de compra − UGC Nordeste 1.855 - 1.855 Alocação do preço de compra − UGC Nordeste 1.855 - 1.855 Alocação do preço de compra − UGC Positivo - 1.506 1.506 Goodwill Londrina - 1.506 1.506 1.506 1.506 Relacionamentos com Clientes - 800 1.506			-	-	
Alocação do preço de compra — UGC CEUNSP Marca 10.787 - 10.87 Relacionamento com clientes 6.085 - 2 6.085 Calúsuld an faio concorrência 8.171 - 2 - 3.171 Alocação do preço de compra — UGC Sul Alocações — Veritas Carteira de Clientes Santa Rita 23.824 - 2 23.824 Carteira de Clientes Cesuca 10.994 -				-	
Marca		15.940	-	-	15.940
Relacionamento com clientes 6.085 - - 6.085 Cláusula de não concorrência 8.171 Alocação do preço de compra — UGC Sul Alocações — Verifas Carteira de Clientes Santa Rita 23.824 - 23.824 Carteira de Clientes Cesuca 10.994 - 10.994 - 10.994 Carteira de Clientes Cesuca 10.994 - 10.994 - 10.994 - 10.994 Carteira de Clientes Cesuca 10.994 - 10.994		10 797			10 707
Cláusula de não concorrência 8.171 - - 8.171 Alocação do preço de compra – UGC Sul Alocações – Veritas 23.824 - 23.824 - 23.824 Carteira de Clientes Cesuca 10.994 - - 10.994 Marca Santa Rita 22.302 - 27.302 - 27.302 Licenças MEC Santa Rita 27.321 - - 97.321 Licenças MEC Cesuca 15.243 - - 15.243 Alocações – FASS - - 509 Relacionamento com clientes 509 - - 509 Cláusula de não concorrência 899 - - 899 Alocações – Colégio São Sebastião 899 - - 936 Cláusula de não concorrência 899 - - 936 Cláusula de não concorrência 282 - 282 Alocação do preço de compra – UGC Nordeste 892 - - 899 Alocação do preço de compra – UGC Nordeste 892 - - 893 Alocação do preço de compra – UGC Nordeste 893 - - 39.339 Credenciamento e compra – UGC Nordeste 894 - - 39.339 Alocação do preço de compra – UGC Nordeste 89.339 - - 39.339 Credenciamento e Licenças de Operação MEC 37.637 - - 37.637 Cláusula de não concorrência 1.855 - 1.506 Alocação do preço de compra – UGC Positivo - - 11.506 Relacionamentos com Clientes - - 11.506 Relacionamentos com Clientes - - 72.352 72.352 Carteira de alunos - - 72.352 72.352 Carteira de alunos - - 10.225 Licença MEC - - 18.441 18.441 Alfarca - - 25.432 Alocação do preço de compra – UGC Braz Cubas - - 25.432 Marca - - 25.432 Carteira clientes Braz Cubas - - 27.45 Produção de materiais – EAD 15.054 Produção de mat			-	-	
Alocação do preço de compra – UGC Sul Alocações – Veritas Carteira de Clientes Santa Rita 23.824 - 2.23.824 Carteira de Clientes Cesuca 10.994 - 2.23.02 - 2.23.02 Licenças MEC Santa Rita 22.3.02 - 2.23.02 Licenças MEC Santa Rita 97.321 - 3.23.21 1.20.23.02 Licenças MEC Santa Rita 97.321 - 3.23.23.02 - 3.23.23.02 Licenças MEC Cesuca 15.243 Tis.243				_	
Alocações - Véritas 23.824 - 23.824 Carteira de Clientes Santa Rita 23.824 Carteira de Clientes Cesuca 10.994 - 10.994 Marca Santa Rita 22.302 - 22.302 Licenças MEC Santa Rita 97.321 - - 97.321 Licenças MEC Santa Rita 97.321 - - 97.321 Licenças MEC Cesuca 15.243 - 15.243 Santa Rita Santa Rita Rita Rita Rita Rita Rita Rita Ri		0.171			0.171
Carteira de Clientes Santa Rita 23.824 - 23.824 Carteira de Clientes Cesuca 10.994 - - 10.994 Marca Santa Rita 22.302 - - 22.302 Licenças MEC Cesuca 15.243 - - 97.321 Licenças MEC Cesuca 15.243 - - - 15.243 Alocação do preço de compra – UGC Litoral Norte - - - 509 - - - 509 - - - 509 - - - 509 - - - 509 - - - 509 - - - 509 - - - 509 - - - 509 - - - 509 - - - 509 - - - 509 - - - 509 - - - 509 - - - 509 - - - 509<					
Carteira de Clientes Cesuca 10.994 - - 10.994 Marca Santa Rita 22.302 - - 22.302 Licenças MEC Santa Rita 97.321 - - 97.321 Licenças MEC Cesuca 15.243 - - 15.243 Alocação do preço de compra – UGC Litoral Norte - - - 509 Alocação of preço de compra – UGC Litoral Norte - - 509 - - - 509 Cláusula de não concorrência 899 - - - 899 Alocações – Colégio São Sebastião - - 936 - - 936 Cláusula de não concorrência 282 - - 936 Cláusula de não concorrência 282 - - 282 Alocação do preço de compra – UGC Nordeste 39.339 - - 37.637 - 37.637 - 37.637 - 37.637 - 1.855 - - 1.855 - - 1.855		23 824	_	_	23 824
Marca Santa Rita 22.302 - - 22.302 Licenças MEC Santa Rita 97.321 - - 97.323 Licenças MEC Cesuca 15.243 - - 15.243 Alocação do preço de compra – UGC Litoral Norte - - 509 - - 509 Alocações – FASS Relacionamento com clientes 509 - - 509 Cláusula de não concorrência 899 - - 899 Alocações – Colégio São Sebastião - - 936 Relacionamento com clientes 936 - - 936 Alocação do preço de compra – UGC Nordeste - - 282 - - 282 Alocação do preço de compra – Unipe - - 37.637 - - 39.339 Credenciamento e Licenças de Operação MEC 37.637 - - 39.339 Credenciamento e Uccepta de compra – UGC Positivo - - 1.855 Alocação do preço de compra – UGC Positivo - - 1.855 Alocação do preço de compra – UGC Braz Cubas - -			_	_	
Licenças MEC Santa Rita Licenças MEC Cesuca Alocação do preço de compra — UGC Litoral Norte Alocações — FASS Relacionamento com clientes Selacionamento com clientes Colégio São Sebastião Relacionamento com clientes Relacionamento e Licenças de Operação MEC Relacionamento e Conduil Londrina Relacionamentos com Clientes Relacion			-	-	
Licenças MEC Cesuca Alocação do preço de compra – UGC Litoral Norte Alocações – FASS Relacionamento com clientes Cláusula de não concorrência Relacionamento com clientes Relacionamento compra – UGC Nordeste Alocação do preço de compra – UGC Nordeste Relacionamento e Licenças de Operação MEC Relacionamento e Licenças de Operação MEC Relacionamento e Compra – UGC Positivo Roodwill Londrina Relacionamentos com Clientes Relacionamentos			-	-	97,321
Alocação do preço de compra – UGC Litoral Norte Alocações – FASS Relacionamento com clientes 509 - - 509 Cláusula de não concorrência 899 - - 899 Alocações – Colégio São Sebastião Relacionamento com clientes 936 - - 936 282 - 936			-	-	
Relacionamento com clientes 509 - - 509 Cláusula de não concorrência 899 - - 899 Alocações - Colégio São Sebastião - - 936 - - 936 Cláusula de não concorrência 282 - - 282 - - 282 Alocação do preço de compra - UGC Nordeste - - - 39.339 - - 39.339 Marca 39.339 - - - 39.339 Credenciamento e Licenças de Operação MEC 37.637 - - 37.637 Cláusula de não concorrência 1.855 - - 1.855 Alocação do preço de compra - UGC Positivo - - - 1.855 Alocação do preço de compra - UGC Positivo - - - 11.506 11.506 Relacionamentos com Clientes - - - 1.314 3.314 Marca - - - - 72.352 72.352					
Cláusula de não concorrência 899 - - 899 Alocações - Colégio São Sebastião 8936 - - 936 Relacionamento com clientes 936 - - 282 Alocação do preço de compra - UGC Nordeste - - - 282 Alocação do preço de compra - Unipe - - - 39.339 - - 39.339 Credenciamento e Licenças de Operação MEC 37.637 - - 37.637 Cláusula de não concorrência 1.855 - - 1.855 Alocação do preço de compra - UGC Positivo - - 1.855 Goodwill Londrina - - 11.506 11.506 Relacionamentos com Clientes - - 13.314 3.314 Marcas - - 18.441 18.441 Cláusula de não concorrência - - 18.441 18.441 Cláusula de não concorrência - - 18.225 10.225 10.225 Licença MEC </td <td>Alocações – FASS</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>	Alocações – FASS				
Alocações - Colégio São Sebastião Relacionamento com clientes 936 - - 936 282 - 282	Relacionamento com clientes	509	-	-	509
Relacionamento com clientes 936 - - 936 Cláusula de não concorrência 282 - - 282 Alocação do preço de compra – UGC Nordeste - - - 282 Alocação do preço de compra – Unipe - - - 39.339 - - - 39.339 Credenciamento e Licenças de Operação MEC 37.637 - - 37.637 - - 37.637 - - 37.637 - - 37.637 - - 37.637 - - 37.635 - - 1.855 - - 1.855 - - 1.855 - - 1.855 - - 1.855 - - 1.855 - - 1.855 - - 1.855 - - 1.855 - - 1.855 - - 1.855 - - 1.855 - - 1.855 - - 1.855 - - 1.855 - - 1.855 - - - 1.852 - <td< td=""><td></td><td>899</td><td>-</td><td>-</td><td>899</td></td<>		899	-	-	899
Cláusula de não concorrência 282 - - 282 Alocação do preço de compra – UGC Nordeste - - - 39.339 - - 39.339 - - 37.637 - - 37.637 - - 37.637 - - 37.637 - - 37.637 - - - 37.637 - - 37.637 - - 37.637 - - 37.637 - - 37.637 - - 37.637 - - 37.637 - - 37.637 - - 37.637 - - 37.637 - - 37.637 - - 37.637 - - 37.637 - - 37.637 - - 18.55 - - 18.55 - - 18.55 - - 18.55 - - - 18.55 - - - - 37.637 - - - 37.637 - - - - - - - - - - <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>					
Alocação do preço de compra – UGC Nordeste Alocação do preço de compra – Unipe Marca 39.339 - - 39.339 Credenciamento e Licenças de Operação MEC 37.637 - - 37.637 Cláusula de não concorrência 1.855 - - 1.855 Alocação do preço de compra – UGC Positivo Goodwill Londrina - - 11.506 11.506 11.506 Relacionamentos com Clientes - - 3.314 3.314 3.314 Marcas - - 18.441 18.441 Cláusula de não concorrência - - 10.225			-	-	
Alocação do preço de compra – Unipe Marca 39.339 39.339 Credenciamento e Licenças de Operação MEC 37.637 37.637 Cláusula de não concorrência 1.855 1.855 Alocação do preço de compra – UGC Positivo Goodwill Londrina 11.506 11.506 Relacionamentos com Clientes 3.314 3.314 Marcas 72.352 72.352 Carteira de alunos 18.441 18.441 Cláusula de não concorrência 18.441 18.441 Cláusula de não concorrência 18.25 10.225 Licença MEC 82.893 82.893 Polos EAD 74.273 74.273 Alocação do preço de compra – UGC Braz Cubas Marca 25.432 25.432 Marca 25.432 25.432 Marca 26.546 26.546 Carteira clientes Braz Cubas 15.054 Produção de materiais - EAD 15.211 2.167 22.699 40.077 Softwares 56.553 2.943 10.751 70.247		282	-	-	282
Marca 39.339 - - 39.339 Credenciamento e Licenças de Operação MEC 37.637 - - 37.637 Cláusula de não concorrência 1.855 - - 1.855 Alocação do preço de compra – UGC Positivo Goodwill Londrina - - 11.506 11.506 Relacionamentos com Clientes - - - 3.314 3.314 Marcas - - - 72.352 72.352 Carteira de alunos - - - 18.441					
Credenciamento e Licenças de Operação MEC 37.637 - - 37.637 Cláusula de não concorrência 1.855 - - 1.855 Alocação do preço de compra – UGC Positivo - - - 11.506 11.506 Goodwill Londrina - - - 11.506 11.506 Relacionamentos com Clientes - - - 3.314 3.314 Marcas - - - 72.352 72.352 Carteira de alunos - - - 18.441 18.441 Cláusula de não concorrência - - 10.225 10.225 Licença MEC - - 82.893 82.893 Polos EAD - - 82.893 82.893 Alocação do preço de compra – UGC Braz Cubas - - 25.432 25.432 Marca - - 26.546 26.546 Carteira clientes Braz Cubas - - 26.546 26.546 Cláusula de não concorrência		00.000			
Cláusula de não concorrência 1.855 - - 1.855 Alocação do preço de compra – UGC Positivo - - 11.506 11.506 Goodwill Londrina - - - 11.506 11.506 Relacionamentos com Clientes - - - 3.314 3.314 Marcas - - - 72.352 72.452 74.273 74.273 74.273 74.273 74.273 74.			-	-	
Alocação do preço de compra – UGC Positivo Goodwill Londrina - - 11.506 11.506 Relacionamentos com Clientes - 3.314 3.314 3.314 Marcas - - 72.352 72.352 Carteira de alunos - - 18.441 18.441 Cláusula de não concorrência - - 10.225 10.225 Licença MEC - - 82.893 82.893 Polos EAD - - 74.273 74.273 74.273 Alocação do preço de compra – UGC Braz Cubas Marca - 25.432 25.432 Marca - 26.546 26.546 Carteira clientes Braz Cubas - 2.745 2.745 Cláusula de não concorrência 15.054 15.054 Produção de materiais - EAD 15.211 2.167 22.699 40.077 Softwares 56.553 2.943 10.751 70.247 10.755 10.754 10.754 10.754 10.754 10.755 10.754 10.755 10.75566 10.755666 10.755666 10.755666 10.755666 10.755666 10.755666 10.755666 10.755666 10.7			-	-	
Goodwill Londrina - - - 11.506 11.506 Relacionamentos com Clientes - - 3.314 3.314 3.314 Marcas - - 72.352		1.655	-	-	1.000
Relacionamentos com Clientes - - 3.314 3.314 Marcas - - 72.352 72.352 Carteira de alunos - - 18.441 18.441 Cláusula de não concorrência - - 10.225 10.225 Licença MEC - - 82.893 82.893 Polos EAD - - 74.273 74.273 Alocação do preço de compra – UGC Braz Cubas - - 25.432 25.432 Marca - - - 26.546 26.546 Carteira clientes Braz Cubas - - 2.745 2.745 Cláusula de não concorrência - - 15.054 15.054 Produção de materiais - EAD 15.211 2.167 22.699 40.077 Softwares 56.553 2.943 10.751 70.247			_	11 506	11 506
Marcas - - 72.352 72.352 Carteira de alunos - - 18.441 18.441 Cláusula de não concorrência - - 10.225 10.225 Licença MEC - - 82.893 82.893 Polos EAD - - 74.273 74.273 Alocação do preço de compra – UGC Braz Cubas - - 25.432 25.432 Marca - - 26.546 26.546 Carteira clientes Braz Cubas - - 26.546 26.546 Carteira clientes Braz Cubas - - 2.745 2.745 Cláusula de não concorrência - - 15.054 15.054 Produção de materiais - EAD 15.211 2.167 22.699 40.077 Softwares 56.553 2.943 10.751 70.247		<u> </u>			
Carteira de alunos - - 18.441 18.441 Cláusula de não concorrência - - 10.225 10.225 Licença MEC - - 82.893 82.893 Polos EAD - - 74.273 74.273 Alocação do preço de compra – UGC Braz Cubas - - 25.432 25.432 Marca - - 26.546 26.546 Carteira clientes Braz Cubas - - 2.745 2.745 Cláusula de não concorrência - - 15.054 15.054 Produção de materiais - EAD 15.211 2.167 22.699 40.077 Softwares 56.553 2.943 10.751 70.247		_	_		
Cláusula de não concorrência - - 10.225 10.225 Licença MEC - - 82.893 82.893 Polos EAD - - 74.273 74.273 Alocação do preço de compra – UGC Braz Cubas Marca - - 25.432 25.432 Marca - - 26.546 26.546 Carteira clientes Braz Cubas - - 2.745 2.745 Cláusula de não concorrência - - 15.054 15.054 Produção de materiais - EAD 15.211 2.167 22.699 40.077 Softwares 56.553 2.943 10.751 70.247		_	_		
Licença MEC - - 82.893 82.893 Polos EAD - - 74.273 74.273 Alocação do preço de compra – UGC Braz Cubas - - 25.432 25.432 Marca - - 26.546 26.546 Carteira clientes Braz Cubas - - 2.745 2.745 Cláusula de não concorrência - - 15.054 15.054 Produção de materiais - EAD 15.211 2.167 22.699 40.077 Softwares 56.553 2.943 10.751 70.247		_	_		
Polos EAD - - 74.273 74.273 Alocação do preço de compra – UGC Braz Cubas - - - 25.432 25.432 Marca - - - 26.546 26.546 Carteira clientes Braz Cubas - - - 2.745 2.745 Cláusula de não concorrência - - 15.054 15.054 Produção de materiais - EAD 15.211 2.167 22.699 40.077 Softwares 56.553 2.943 10.751 70.247		_	_		
Alocação do preço de compra – UGC Braz Cubas - - 25.432 25.432 Marca - - 26.546 26.546 Carteira clientes Braz Cubas - - 2.745 2.745 Cláusula de não concorrência - - - 15.054 15.054 Produção de materiais - EAD 15.211 2.167 22.699 40.077 Softwares 56.553 2.943 10.751 70.247		-	_		
Marca - - 25.432 25.432 Marca - - 26.546 26.546 Carteira clientes Braz Cubas - - - 2.745 2.745 Cláusula de não concorrência - - - 15.054 15.054 Produção de materiais - EAD 15.211 2.167 22.699 40.077 Softwares 56.553 2.943 10.751 70.247					
Marca - - 26.546 26.546 Carteira clientes Braz Cubas - - - 2.745 2.745 Cláusula de não concorrência - - - 15.054 15.054 Produção de materiais - EAD 15.211 2.167 22.699 40.077 Softwares 56.553 2.943 10.751 70.247		-	-	25,432	25,432
Carteira clientes Braz Cubas Cláusula de não concorrência - - - 2.745 15.054 2.745 15.054 Produção de materiais - EAD Softwares 15.211 56.553 2.167 2.943 22.699 10.751 40.077 70.247		-	-		
Cláusula de não concorrência - - - 15.054 15.054 Produção de materiais - EAD Softwares 15.211 2.167 22.699 40.077 Softwares 56.553 2.943 10.751 70.247		-	-		
Softwares <u>56.553</u> 2.943 10.751 70.247		-	-		
Softwares <u>56.553</u> 2.943 10.751 70.247					
Total do Custo <u>1.097.819</u> 5.110 811.896 1.914.825					
	Total do Custo	1.097.819	5.110	811.896	1.914.825

57

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação	Saldos em 31/12/2019	Adições	Combinação de Negócios	Saldos em 30/06/2020
<u>Amortização</u>				
Alocação do preço de compra - UCG Unifran				
Marca Unifran	(2.918)	(224)	-	(3.142)
Carteira de alunos - Graduação	(16.507)	(400)	-	(16.507)
Carteira de alunos - Outros Pólos de ensino	(3.438)	(103)	-	(3.541)
Polos de ensino	(3.010)	-	-	(3.010)
Alocação do preço de compra - UGC Unicid				
Marca Unicid	(3.799)	(256)	-	(4.055)
Carteira de alunos - Graduação	(15.645)	-	-	(15.645)
Carteira de alunos - Outros	(942)	-	-	(942)
Pólos de ensino	(996)	-	-	(996)
Alocação do preço de compra – UGC CEUNSP				
Marca	(1.641)	(205)	-	(1.846)
Relacionamento com clientes	(4.868)	(608)	-	(5.476)
Cláusula de não concorrência	(6.537)	(817)	-	(7.354)
Alocação do preço de compra – UGC Sul Alocações – Veritas				
Carteira de Clientes Santa Rita	(8.338)	(2.382)	-	(10.720)
Carteira de Clientes Cesuca	(3.848)	(1.099)	-	(4.947)
Alocação do preço de compra – UGC Litoral Norte Alocações – FASS				
Relacionamento com clientes	(493)	(17)	_	(510)
Cláusula de não concorrência	(869)	(30)	-	(899)
Alocações – Colégio São Sebastião				
Relacionamento com clientes	(503)	(52)	-	(555)
Cláusula de não concorrência	(272)	(9)	-	(281)
Alocação do preço de compra – UGC Nordeste Alocação do preço de compra – Unipe				
Marca	(2.100)	(787)	-	(2.887)
Cláusula de não concorrência	(495)	(186)	-	(681)
Alocação do preço de compra – UGC Positivo			(000)	(000)
Goodwill Londrina Relacionamento com clientes	-	- (257)	(923)	(923)
Mais Valia Positivo - Marca	-	(257) (1.077)	(2.055) (26)	(2.312) (1.103)
Mais Valia Positivo - Marca Mais Valia Positivo - Carteira Clientes	_	(2.800)	(20)	(2.800)
Mais Valia Positivo - Cliente não concorrência	_	(895)	_	(895)
Alocação do preço de compra – UGC Braz Cubas		(000)		(000)
Mais Valia Braz Cubas - Marca	=	(2.439)	_	(2.439)
Mais Valia Braz Cubas - Carteira Cliente	-	(471)	-	(471)
Mais Valia Braz Cubas - Cláus. Não concorrência	-	(254)	-	(254)
Produção de materiais - EAD	(11.165)	(12.213)	(2.292)	(25.670)
Softwares	(32.248)	(1.775)	(10.181)	(44.204)
Total da Amortização	(120.632)	(28.956)	(15.477)	(165.065)
Total	977.187	(23.846)	796,419	1,749,760

58

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação	Saldos em 31/12/2018	Adições	Saldos em 30/06/2019
<u>Custo</u>			
Agio			
Módulo	9.026	-	9.026
UDF	43.251	-	43.251
Unicid	126.789	-	126.789
Unifran	107.924	-	107.924
FASS	7.728	=	7.728
Colégio São Sebastião	3.026	-	3.026
CEUNSP Veritas	63.219	_	63.219
Unipe	102.609 201.922	-	102.609 201.922
Onlipe	201.922	=	201.922
Alocação do preço de compra - UCG Unifran			
Marca Unifran	11.652	-	11.652
Carteira de Alunos - Graduação	16.507	-	16.507
Carteira de Alunos - Outros	3.644	-	3.644
Pólos de Ensino	3.010	-	3.010
Licenças MEC- Medicina	3.020	-	3.020
Alocação do preço de compra - UGC Unicid			
Marca Unicid	13.021	-	13.021
Carteira de Alunos - Graduação	15.645	-	15.645
Carteira de Alunos - Outros	942	-	942
Pólos de Ensino	996	-	996
Licenças MEC- Medicina	15.940	-	15.940
Alocação do preço de compra – UGC CEUNSP			
Marca	10.787	_	10.787
Relacionamento com clientes	6.085	_	6.085
Cláusula de não concorrência	8.171	=	8.171
Alocação do preço de compra – UGC Sul			
Alocações – Veritas	20.004		00 00 4
Carteira de Clientes Santa Rita	23.824	-	23.824
Carteira de Clientes Cesuca	10.994	-	10.994
Marca Santa Rita	22.302	-	22.302
Licenças MEC Santa Rita Licenças MEC Cesuca	97.321	-	97.321
Liceriças MEC Cesuca	15.243	-	15.243
Alocação do preço de compra – UGC Litoral Norte			
Alocações – FASS			
Relacionamento com clientes	509	-	509
Cláusula de não concorrência	899	=	899
Alocações – Colégio São Sebastião			
Relacionamento com clientes	936	-	936
Cláusula de não concorrência	282	=	282
Alocação do preço de compra – UGC Nordeste Alocação do preço de compra – Unipe			
Marca	39.339	-	39.339
Credenciamento e Licenças de Operação MEC	37.637	-	37.637
Cláusula de não concorrência	1.855	-	1.855
Produção de materiais - EAD	11.447	88	11.535
Softwares	40.212	8.338	48.550
Total do Custo	1.077.714	8.426	1.086.140

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação	Saldos em 31/12/2018	Adições	Saldos em 30/06/2019
<u>Amortização</u>			
Alocação do preço de compra - UCG Unifran			
Marca Unifran	(2.469)	(224)	(2.693)
Carteira de alunos - Graduação	(16.507)	- (4.00)	(16.507)
Carteira de alunos - Outros	(3.232)	(103)	(3.335)
Pólos de ensino	(3.010)	-	(3.010)
Alocação do preço de compra - UGC Unicid			
Marca Unicid	(3.287)	(256)	(3.543)
Carteira de alunos - Graduação	(15.645)	-	(15.645)
Carteira de alunos - Outros	(942)	-	(942)
Pólos de ensino	(996)	-	(996)
Alocação do preço de compra – UGC CEUNSP			
Marca	(1.231)	(205)	(1.436)
Relacionamento com clientes	(3.651)	(608)	(4.259)
Cláusula de não concorrência	(4.903)	(817)	(5.720)
Alocação do preço de compra – UGC Sul			
Alocações – Veritas			
Carteira de Clientes Santa Rita	(3.573)	(2.382)	(5.955)
Carteira de Clientes Cesuca	(1.649)	(1.099)	(2.748)
Alocação do preço de compra – UGC Litoral Norte Alocações – FASS			
Relacionamento com clientes	(391)	(51)	(442)
Cláusula de não concorrência	(689)	(90)	(779)
Alocações – Colégio São Sebastião			
Relacionamento com clientes	(399)	(52)	(451)
Cláusula de não concorrência	(216)	(28)	(244)
Alocação do preço de compra – UGC Nordeste	(-/	(- /	,
Alocação do preço de compra - Unipe			
Marca	(526)	(787)	(1.313)
Cláusula de não concorrência	(124)	(186)	(310)
Produção de materiais - EAD	(7.574)	(1.917)	(9.491)
Softwares	(26.577)	(2.084)	(28.661)
Total da Amortização	(97.591)	(10.889)	(108.480)
Total	980.123	(2.463)	977.660
		7	

Os ativos classificados como *Software* correspondem à aquisição e custos de implementação de *softwares* operacionais da Companhia e suas controladas, sua taxa de amortização é fixada em 20% anuais para aquisições de sistemas de *software* sem prazo de vigência e 100% anuais para aquisições de sistemas de *software* com vigência de 12 meses.

Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente.

As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios.

O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida, de acordo com estudo preparado por empresa independente será submetido também anualmente à análise de recuperabilidade (teste de *impairment*).

<u>Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações.</u>

A Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou *impairment*. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

A Companhia considera como Unidade Geradora de Caixa (*Business Unit*) a gestão acadêmica, comercial e administrativa das unidades, cada entidade existente, conforme disposto no item 6, do CPC 01 (R1)/IAS 36 Redução ao valor recuperável de ativos, conforme demonstrado abaixo:

Unidades Geradoras de Caixa ("UGC "s)	UGC's em 30/06/2020	UGC's em 31/12/2019
Unifran	Unifran	Unifran
Unicid	Unicid	Unicid
UDF	UDF	UDF
CEUNSP	Ceunsp	Ceunsp
Veritas	Sul	Sul
Módulo	Litoral Norte	Litoral Norte
FASS	Litoral Norte	Litoral Norte
Colégio São Sebastião	Litoral Norte	Litoral Norte
Ipê Educacional	Nordeste	Nordeste
Ipê Patrimonial	Nordeste	Nordeste
Sociedade Educacional Braz Cubas	Braz Cubas	-
Centro de Estudos Superior Positivo	Positivo	-
Cesa – Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas	Positivo	-

61

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados (30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019)

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa média de desconto, e ganho de margem anual pelo período de cinco anos, conforme abaixo:

Ágio na aquisição de participações	Taxa média de desconto	Valor residual do ágio em 30/06/2020	Taxa média de desconto	Valor residual do ágio em 31/12/2019
Módulo	8,30%	9.026	6.60%	9.026
UDF	8,30%	43.251	6,60%	43.251
Unicid	8,30%	126.789	6,60%	126.789
Unifran	8,30%	107.924	6,60%	107.924
FASS	8,30%	7.728	6,60%	7.728
Colégio São Sebastião	8,30%	3.026	6,60%	3.026
CEUNSP	8,30%	63.219	6,60%	63.219
Veritas	8,30%	102.609	6,60%	102.609
Grupo Unipê	8,30%	201.922	6,60%	201.922
Braz Cubas	8,30%	226.139	-	-
Positivo	8,30%	242.331	-	-

Taxa de desconto

A taxa de desconto das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos destas UGCs e na média ponderada do custo de capital da Companhia.

Taxa de crescimento

Foi utilizado um período de cinco anos nas projeções dos fluxos de caixa das UGCs com taxa de perpetuidade de 4,0% a.a. (4,0% a.a. em 31 de dezembro de 2019). A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superiores a cinco anos, dado sua experiência e capacidade de gestão, na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente.

<u>Crescimento do Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization (EBITDA)</u>
<u>projetado</u>

O EBITDA projetado e apresentado em bases de crescimento composto anual dos planos de negócio utilizados para fins de avaliação do valor recuperável foi baseado na experiência da Administração e ajustado pelos seguintes fatores:

 Crescimento de receita através de inserção de novos produtos e serviços, reposicionamento de preços e captação de alunos advindos de novas praças;

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

 Ganhos de margem operacional, como participação da receita, através da inserção das melhores práticas de gestão, ganhos de escala através de renegociação com fornecedores, contínua maturação dos cursos nos campi adquiridos e desenvolvimentos de novos produtos e serviços com margens mais elevadas.

Análise de sensibilidade das premissas

A Administração identificou duas premissas principais, que são números de alunos e reajuste de mensalidades, para as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar no fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável.

A recuperabilidade total do ágio requer taxas médias anuais de crescimento da receita de 3,8% (3,8% em 31 de dezembro de 2019) e ganhos de margem anuais de 0,8% (0,8% em 31 de dezembro de 2019), principalmente pela consideração de unidades adquiridas na sua fase préoperacional ou com baixo volume de alunos, as taxas de crescimento de receita satisfazem o valor estipulado, uma vez que a base inicial de alunos é baixa se comparado à maturação.

Os ganhos de margem são satisfatoriamente condizentes com as premissas de crescimento do EBITDA projetado, uma vez que as UGCs quando adquiridas não apresentam gestão administrativa centralizada, como também possibilita a diluição de custos através de ganhos de escala pelo crescimento de receita e introdução das melhores práticas de custo da Companhia.

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas.

Valorização da carteira de alunos

A valorização da carteira de alunos foi estimada através do método de Fluxo de Caixa Descontando, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa destes alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para geração deste resultado.

Licenças MEC

As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. O método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando o cenário de geração de fluxos de caixa atual e outro considerando uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Foi considerado uma taxa de desconto de 13,6% a.a. (14,0% a.a. em 31 de dezembro de 2019), para um período de projeção de cinco anos a partir da data-base, com perpetuidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foram consideradas as informações gerenciais fornecidas pela Administração:

- a) Quantidade de alunos: foi projetado um crescimento no número de alunos considerando uma taxa de crescimento de 3,8% a.a. (3,8% a.a. em 31 de dezembro de 2019);
- b) Mensalidade: considerou-se o preço verificado nas demonstrações gerenciais na data-base da avaliação corrigido pela inflação IPCA por todo o período projetivo;
- c) Foi considerado um crescimento gradual do número de alunos até atingir o mesmo número observado no primeiro cenário ao final do período de projeção;
- d) Por conta da licença não ter vencimento e gerar benefícios futuros, considerou-se uma vida útil indefinida.

Controladora

12 Empréstimos e financiamentos

(i) Composição

Modalidade		Encargos financeiros	30/06/2020	31/12/2019
Conta garantida	(d)	Taxa CDI + 4,41 % a.a.	-	6.402
Contratos de arrendamento	(e)	Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.		21
				6.423
Circulante			-	6.423
				Consolidado
<u>Modalidade</u>		Encargos financeiros	30/06/2020	31/12/2019
Capital de giro	(a)	Variação CDI + taxa pré até 0,35% a.m	9.326	11.456
Capital de giro em USD	(a)	Variação cambial + cupom até 3,2% a.a.	-	3.472
(CCB) Cédula de Crédito Bancário	(b)	Variação CDI + taxa fixa de 1,40% a.a	21.630	23.732
Contratos de swap	(c)	Taxa CDI + taxa pré até 3,72% a.a.	-	(37)
Conta garantida	(d)	Taxa CDI + 4,41 % a.a.	-	6.402
Contratos de arrendamento	(e)	Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	637	317
(CCB) Cédula de Crédito Bancário	(f)	Variação CDI + taxa fixa de 4,05% a.a.	30.529	-
(CCB) Cédula de Crédito Bancário	(g)	Variação CDI + taxa fixa de 1,60% a.a.	30.013	
			92.135	45.342
Circulante			50.669	23.050
Não circulante			41.466	22.292

⁽a) Refere-se aos empréstimos para o capital de giro, os quais estão sendo utilizados para expansão das atividades da Companhia;

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

- (b) A controlada direta Secid celebrou uma Cédula de Crédito Bancário de R\$30.000 com o Banco Itaú Unibanco S.A. em 17 de dezembro de 2018:
- (c) A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em dólares norte americanos e taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos têm o prazo total da dívida e protegem os juros e o principal e são assinados nos mesmos prazos e mesma contraparte da dívida;
- (d) A Companhia possuía junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. operação de conta garantida, cuja liquidação ocorreu em 19 de fevereiro de 2020, conforme apresentado na movimentação do período;
- (e) Refere-se substancialmente à aquisição de bens por meio de arrendamento;
- (f) A controlada ACEF, em 30 de março de 2020, celebrou uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$ 30.000. O contrato tem prazo de vencimento de 12 meses a partir da data de emissão, sendo o vencimento em 25 de março de 2021. O valor principal, bem como os juros serão amortizados no final do contrato. A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 4,05% a.a.; e
- (g) A controlada UDF, no dia 24 de março de 2020, celebrou uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$ 30.000. A operação possui vencimento de 36 meses a partir da data de emissão, sendo o vencimento 22 de fevereiro de 2023. O valor principal será amortizado em 8 parcelas trimestrais e consecutivas durante a vigência do contrato, a serem pagas todo dia 25 dos meses de fevereiro, maio, agosto e setembro, a partir de 25 de maio de 2021. A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 1,60% a.a

(ii) Movimentação

	Controladora	Consolidado
	30/06/2020	30/06/2020
Saldo inicial	6.423	45.342
Combinação de negócios	-	30.313
Novas captações	-	60.000
Apropriação de juros	72	4.011
Pagamento de juros	(74)	(3.880)
Pagamento de principal	(6.421)	(43.651)
Saldo final	<u> </u>	92.135

A parcela não circulante, em 30 de junho de 2020 apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2022	30.159
2023	11.307
Total	41.466

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias

Os contratos de arrendamento mercantil têm como garantia o próprio bem adquirido. A garantia da conta garantida é a própria carteira de títulos a receber mantida na instituição financeira.

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas ("covenants") de vencimento antecipado ou de liquidação, dos quais resumidamente especificamos a seguir:

- se a Companhia requerer recuperação judicial ou extrajudicial, se houver o requerimento da sua falência ou na eventualidade de se verificar qualquer outro evento indicador de mudança do estado econômico-financeiro da Companhia;
- se for movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as garantias ou os direitos creditórios da Companhia;
- se a Companhia ou seus avalistas vier a inadimplir quaisquer de suas obrigações ou sofrerem protesto legítimo de títulos, sem que haja a substituição dos avalistas que vier a encontrar-se em qualquer das situações anteriores;
- se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle da titularidade das ações da Companhia, incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária.

Companhia Cláusulas restritivas ("Covenants")

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente, durante a vigência desta emissão. O resultado da relação entre a dívida liquida e o EBITDA da Controladora Unipê não poderá ser superior a 2x. Em 31 de dezembro de 2019, a controladora Unipê atingiu todos os índices requeridos contratualmente. A próxima medição será realizada para a data-base de 31 de dezembro de 2020.

13 Debêntures

(i) Composição

		Controladora			Consolidado
Modalidade	Encargos financeiros	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Debêntures - Cruzeiro do Sul	Taxa CDI + 1,80 a.a.	-	39.456	-	39.456
Debêntures - ACEF	Taxa CDI + 2,85 a.a.	-	-	-	73.077
Debêntures - ACEF	Taxa CDI + 1,60 a.a.	-	-	302.825	304.327
Debêntures - SECID	Taxa CDI + 1,40 a.a.	-	-	334.082	335.870
Debêntures - ACEF	Taxa CDI + 1,40 a.a.	-	-	154.301	=
Debêntures - SECID	Taxa CDI + 1,35 a.a.	-	-	468.920	-
Debêntures - ACEF	Taxa CDI + 3,85 a.a.		<u> </u>	80.514	-
		_	39.456	1.340.642	752.730
	Circulante	-	39.456	132.262	752.730
	Não circulante	-	-	1.208.380	-

66

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, para distribuição pública e com esforços restritos de distribuição, possuem as seguintes características:

			Data da			Valor	Valor	Pagamento principal	
Empresa	Emissão	Série	emissão	Vencimento	Quant.	unitário	emissão	e juros	Garantias
Cruzeiro do Sul	1 ^a	Única	13/12/2013	13/12/2020	8.500	10	85.000	Mensal	(a)
ACEF	1 ^a	Única	09/05/2016	22/12/2021	122.000	1	122.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(b)
ACEF	2 ^a	Única	24/09/2018	24/03/2025	300.000	1	300.000	Semestral (Mar. e Set.)	(c)
SECID	1 ^a	Única	10/09/2018	10/09/2025	330.000	1	330.000	Semestral (Mar. e Set.)	(d)
ACEF	3 ^a	Única	15/01/2020	23/12/2026	155.000	1	155.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(e)
SECID	2 ^a	Única	28/02/2020	02/03/2027	470.000	1	470.000	Mensal	(f)
ACEF	4 ^a	Única	29/04/2020	29/04/2021	80.000	1	80.000	No vencimento	(a)

- (a) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da ACEF decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) alienação fiduciária da totalidade das ações da ACEF S.A.
- (b) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio LTDA., decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) alienação fiduciária da totalidade das quotas da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio LTDA; (iii) alienação fiduciária do imóvel da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio LTDA. localizado na cidade de Salto, Estado de São Paulo, e registrado sob a matricula nº 32.877, do Cartório do Registro de Imóveis da Cidade e Comarca de Salto; e (iv) fiança de sua controladora, Cruzeiro do Sul Educacional S.A., que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (c) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Santa Rita e CESUCA decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) eventual fração, se houver necessidade de complemento do valor mínimo, dos direitos creditórios da titularidade da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (iii) alienação fiduciária das ações da Santa Rita e Veritas; (iv) alienação fiduciária das quotas da Santa Tereza, São Bento e CESUCA; e (v) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (d) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da IPÊ Educacional LTDA., decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) alienação fiduciária das quotas da IPÊ Educacional LTDA.; e (iii) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (e) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) alienação fiduciária das quotas da Braz Cubas; (ii) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Braz Cubas decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; e (iii) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (f) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) alienação fiduciária de 100% das quotas da Universidade Positivo; (ii) alienação fiduciária de 100% das quotas da CESA; (iii) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Universidade Positivo; (iv) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da CESA; e (v) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (g) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Cláusulas restritivas ("Covenants")

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente. O resultado da relação entre a dívida liquida e o EBITDA da Fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional S.A., (i) não poderá ser superior a 3x para a 1º e 2º emissão da ACEF; (ii) não poderá ser superior a 3,5x até 2020 e 3x após 2020 para a 1º emissão da SECID; (iii) não poderá ser superior a 4x até 2021 e 3x após 2021 para a 3º emissão da ACEF; e (iv) não poderá ser superior a 4x até 2020, 3,7x até 2021 e 3x a partir de 2022 para a 2º emissão da SECID e 4º emissão da ACEF.

Para a data-base de 31 de dezembro de 2019, a Companhia não cumpriu para a 2ª emissão da ACEF com tais índices e por esse motivo havia reclassificado naquela data-base a totalidade das debêntures para o passivo circulante.

Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2020 a Companhia obteve a renúncia (*waiver*) dos credores a esse direito advindo do não atingimento desses índices e, consequentemente, em 30 de junho de 2020 procedeu a reclassificação da dívida entre curto e longo prazo. O referido *waiver* permite a Companhia trabalhar na estruturação financeira para cumprimento de tais índices na próxima data de medição (31 de dezembro de 2020).

(iii) Movimentação

	C	ontroladora	C	onsolidado
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	39.456	54.686	752.730	793.682
Novas captações	-	-	705.000	-
Custo de novas captações	-	-	(3.901)	-
Pagamento de juros	(626)	(3.628)	(30.003)	(60.453)
Pagamento de principal (i)	(39.405)	(15.248)	(112.606)	(39.649)
Apropriação dos juros	521	3.591	28.621	58.412
Amortização do custo	54	55	801	738
Saldo final	-	39.456	1.340.642	752.730

⁽i) Em 02 de março de 2020 foram liquidadas antecipadamente junto ao banco Bradesco a 1ª emissão de debêntures da Cruzeiro do Sul no valor de R\$37.107, e a 1ª emissão de debêntures da ACEF no valor de R\$74.666, totalizando o valor de R\$111.772. A liquidação foi realizada com recursos obtidos na 2ª emissão de debêntures da SECID, realizado em 02 de março de 2020.

A parcela não circulante, em 30 de junho de 2020 apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2021	99.290
2022	141.480
2023	237.935
Acima de 2023	729.675
	1.208.380

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Arrendamentos

O passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento de pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo, determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa nominal incremental de empréstimo com características e prazos semelhantes aos contratos de arrendamento.

Contratos por prazo e taxa de desconto:

Prazos Contratuais	Таха
3 anos	8,82%
4 anos	9,32%
5 anos	9,69%
6 anos	10,01%
Mais de 7 anos	Entre 10,23% e 11,19%

(i) Movimentação do direito de uso

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	202.474	489.646
Adição por combinação de negócios – Braz cubas	-	1.115
Adição por combinação de negócios – Positivo	-	139.076
Adição de novos contratos	-	346.001
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos (a)	-	(115.464)
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente	10.673	22.405
Amortização no período	(11.676)	(37.785)
Saldo em 30 de junho de 2020	201.471	844.994
Direito de uso	234.489	942.997
(-) Amortização acumulada	(33.018)	(98.003)
Saldo em 30 de junho de 2020	201.471	844.994

⁽a) Após a conclusão das combinações de negócios conforme descrito na Nota 5, a Administração da Companhia revisitou os contratos de arrendamento financeiro existentes em suas novas controladas e optou pela descontinuidade de 12 contratos que perfazem o montante apresentado. Vale colocar que a baixa dos respectivos contratos, líquidos dos direitos de uso, perfazem um ganho total no resultado de R\$5.668, alocado no grupo de outras receitas, líquidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 para arrendamentos anteriormente		
classificados como operacionais	188.904	466.693
Reclassificação de propriedade de arrendamento mercantil financeiro	-	29.765
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	188.904	496.458
Adição de novos contratos	23.625	23.625
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente	8.856	17.024
Amortização no período	(10.285)	(27.799)
Saldo em 30 de junho de 2019	211.100	509.308
Direito de uso	221.385	537.107
(-) Amortização acumulada	(10.285)	(27.799)
Saldo em 30 de junho de 2019	211.100	509.308

(ii) Movimentação do passivo de arrendamento

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	215.800	513.611
Adição por combinação de negócios – Braz cubas	-	1.167
Adição por combinação de negócios – Positivo	-	145.858
Adição de novos contratos	-	346.001
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos (a)	-	(121.132)
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente	10.673	22.405
Contraprestação paga	(15.602)	(58.767)
Apropriação de encargos financeiros	11.212	37.705
Saldo em 30 de junho de 2020	222.083	886.848
Circulante	13.634	52.031
Não circulante	208.449	834.817
Saldo em 30 de junho de 2020	222.083	886.848

⁽a) Após a conclusão das combinações de negócios conforme descrito na Nota 5, a Administração da Companhia revisitou os contratos de arrendamento financeiro existentes em suas novas controladas e optou pela descontinuidade de 12 contratos que perfazem o montante apresentado. Vale colocar que a baixa dos respectivos contratos, líquidos dos passivos de arrendamento, perfazem um ganho total no resultado de R\$5.668, alocado no grupo de outras receitas, líquidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 para arrendamentos anteriormente		
classificados como operacionais	188.904	466.693
Reclassificação de obrigação de arrendamento mercantil financeiro	-	28.378
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	188.904	495.071
Adição de novos contratos	23.625	23.625
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente	8.856	17.024
Contraprestação paga	(14.386)	(41.337)
Apropriação de encargos financeiros	10.136	25.736
Saldo em 30 de junho de 2019	217.135	520.119
Circulante	7.762	33.060
Não circulante	209.373	487.059
Saldo em 30 de junho de 2019	217.135	520.119

As parcelas fixas dos contratos de aluguel, conforme apresentado acima, foram reconhecidas a valor presente (considerando a taxa de juros nominal incremental quando da adoção inicial, início do contrato ou quando de sua eventual modificação de escopo) como direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento. Adicionalmente, a Companhia registrou segundo o regime de competência diretamente no resultado o montante de R\$1.910 (R\$1.665 em 31 de dezembro de 2019) relacionado aos contratos que não atende as premissas para a capitalização como direito de uso da norma (ausência do controle substancial do bem).

Além dos valores apresentados acima, alguns dos arrendamentos de imóveis em que a Companhia e suas controladas são arrendatários contêm termos de pagamento variáveis que estão vinculados ao desempenho do uso do ativo subjacente, e, portanto, não estão incluídos na mensuração nos saldos contábeis.

(iii) Compromissos futuros

Os saldos de arrendamento a pagar relacionados aos "compromissos futuros" para o período findo em 30 de junho de 2020 estão apresentados a seguir:

			Consolidado
	IFRS 16	(-) AVP	30/06/2020
Até um ano	55.824	(3.804)	52.020
Um ano até cinco anos	367.437	(92.077)	275.360
Mais de cinco anos	1.403.943	(844.475)	559.468
	1.827.204	(940.356)	886.848

(iv) Impactos nas demonstrações financeiras do período

A Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do período nas rubricas de "Depreciação e amortização" e "Despesas financeiras", respectivamente, as despesas de amortização e juros. Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, tais impactos montam os valores de R\$37.785 (R\$27.799 em 30 de junho de 2019) e R\$37.705 (R\$25.736 em 30 de junho de 2019), respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(v) Ofício circular CVM nº 02/2019

Em atendimento ao aludido ofício, a Companhia e suas controladas apresentam os saldos comparativos do passivo de arrendamento, direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação e amortização, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

						30/06/2020
						Consolidado
	2020	2021	De 2022 até 2025	De 2026 até 2030	De 2031 até 2039	2040 em diante
Passivo de arrendamento			ate zozo	410 2000	410 2000	
Contábil -IFRS 16/ CPC 06(R2)	886.848	834.828	617.640	347.105	24.189	_
Fluxo com projeção de inflação	886.848	869.043	711.243	452.135	40.631	-
Variação		4,10%	15,15%	30,26%	67,97%	0,00%
Direito de uso líquido						
Contábil -IFRS 16/ CPC 06(R2)	844.994	763.207	486.277	231.630	11.939	_
Fluxo com projeção de inflação	844.994	793.871	570.859	328.543	24.182	-
Variação		4,02%	17,39%	41,84%	102,55%	0,00%
Despesa financeira						
Contábil -IFRS 16/ CPC 06(R2)		47.410	243.530	198.245	122.861	183
Fluxo com projeção de inflação		48.871	268.138	242.256	174.402	326
Variação		3,08%	10,10%	22,20%	41,95%	78,14%
Direito de depreciação						
Contábil -IFRS 16/ CPC 06(R2)		47.641	242.937	229.213	204.200	4.534
Fluxo com projeção de inflação		49.452	271.716	289.790	343.698	9.522
Variação		3,80%	11,85%	26,43%	68,31%	110,01%

15 Obrigações trabalhistas

	C	<u>ontroladora</u>	Consolidad		
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	
Salários a pagar	26.947	15.366	63.839	27.253	
Provisão para férias e encargos	12.982	9.546	60.921	37.941	
FGTS a recolher	11.741	1.085	33.894	4.298	
INSS a recolher	10.454	2.848	45.084	10.425	
Outras obrigações	301	140	3.201	706	
Provisão para 13° salário	5.234	-	26.687	<u>-</u>	
Total	67.659	28.985	233.626	80.623	
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·				

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16 Obrigações tributárias

	C	ontroladora	Consolidado		
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	
IRRF a recolher	2.792	3.783	10.607	12.015	
Impostos retidos	95	285	2.613	1.612	
ISS a recolher	603	511	4.463	3.279	
IRPJ e CSLL	-	-	1.720	1.846	
PIS e COFINS a recolher	1.003	227	4.159	1.426	
Parcelamentos (i)		<u>-</u>	175.443	41.141	
Total	4.493	4.806	199.005	61.319	
Circulante	4.493	4.806	39.031	27.286	
Não circulante	-	-	159.974	34.033	

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Em 30 de junho de 2020, os saldos de parcelamentos são representados por:

				Braz				Braz			Braz	Braz	Braz	Braz	Braz	Braz	
Demonstrativo de parcelamento	Unicid	Unifran	Unipê	Cubas	Unipê	Unicid	Fass	Cubas	Unipê	Unipê	Cubas	Cubas	Cubas	Cubas	Cubas	Cubas	Total
	(a)	(a)	(a)	(a)	(b)	(b)	(c)	(c)	(c)	(d)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	<u> </u>
Valor original	49.866	1.475	10.632	7.866	1.731	606	561	2.228	213	430	42	27	670	7.855	1.107	43.795	129.103
(-) Pagamentos	(10)	(321)	(9.375)	(2.412)	(350)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.468)
Multa	-	-	2.530	-	6.742	64	91	453	64	34	4	-	134	-	-	6.094	16.210
Juros	-	-	14.033	-	10.910	212	15	40	-	13	11	5	9	3.947	516	45.702	75.413
Encargos	-	-	2.071	-	775	-	-	-	-	40	1	-	-	-	-	8.961	11.847
Saldo consolidado	49.856	1.154	19.890	5.454	19.808	882	667	2.722	277	517	58	32	812	11.801	1.623	104.552	220.105
(-) Reconhecimento dos benefícios pela	(9.364)	(334)	(8.131)	(1.241)	(11.619)	-	_	_	-	_	-	_	_	_	-	-	(30.689)
redução de multa e juros	,	(/	(/	,	(/												, ,
(-) Utilização de prejuízo fiscal	(8.565)	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.565)
Saldo a pagar	31.927	820	11.759	4.213	8.190	882	667	2.722	277	517	58	32	812	11.801	1.623	104.552	180.851
(+) Atualização	23.481	765	6.774	1.981	810	91	49	310	171	570	4	3	73	-	-	25.566	60.648
(-) Pagamentos	(34.829)	(1.499)	(5.711)	(2.588)	(4.250)	(481)	(716)	(1.063)	(448)	(691)	(16)	(12)	(315)	(5.423)	(821)	(7.193)	(66.056)
Saldos a pagar em 30/06/2020	20.579	86	12.822	3.606	4.750	492	-	1.969	-	396	46	23	570	6.378	802	122.925	175.443

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos de parcelamentos são representados por:

Demonstrativo de parcelamento	Unicid	Unicid	CSE	Unifran	Unipê	Unicid	Unifran	FASS	Colégio	Unipê	Unipê	Total
Valor original	650	49.866	237	1.475	12.363	606	6.323	561	265	213	430	72.989
(-) Pagamentos	-	(10)	-	(321)	(9.726)	-	-	-	-	-	-	(10.057)
Multa	130	-	9	-	9.272	64	-	91	65	64	34	9.729
Juros	505	-	161	-	24.943	212	-	15	-	-	13	25.849
Encargos	140	-	-	-	2.846	-	-	-	-	-	40	3.026
Saldo consolidado	1.425	49.856	407	1.154	39.698	882	6.323	667	330	277	517	101.536
(-) Reconhecimento dos benefícios pela												
redução de multa e juros	(633)	(9.364)	-	(334)	(19.750)	-	-	-	-	-	-	(30.081)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	-	(8.565)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.565)
Saldo a pagar	792	31.927	407	820	19.948	882	6.323	667	330	277	517	62.890
(+) Atualização	49	23.299	104	764	7.372	84	7.328	49	74	167	593	39.883
(-) Pagamentos	(841)	(33.225)	(511)	(1.459)	(9.306)	(456)	(13.651)	(702)	(404)	(414)	(663)	(61.632)
Saldos a pagar em 31/12/2019		22.001	-	125	18.014	510	-	14	-	30	447	41.141

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Parcelamento Federal REFIS IV, instituído pela legislação:
 - Lei nº 11.941 de 27 de maior de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, possibilitando o parcelamento de todos os débitos Federais em todas as esperas, vencidos até 2008, caso débitos em discursão judicial obrigatória desistência para adesão. As reduções com percentuais variáveis de acordo com a quantidade de parcelas optadas, sendo multa, juros, honorários e encargos, possibilitando a utilização para abatimentos da dívida com prejuízos fiscais e base negativa, caso existente. A consolidação de iniciativa da Receita Federal do Brasil ocorreu em 2011. As controladas Unicid, Unifran e Unipê aderiam ao parcelamento em 2009, optando por 180 parcelas.
 - Reaberturas do parcelamento REFIS Em todos os períodos habilitados aplicava-se as mesmas reduções, benefícios e tipos de débitos permitidos, variando as reduções de acordo com a modalidade da quantidade de parcelas optadas:
 - Lei 12.865, de 9 de outubro de 2013 abrangendo possibilidade de inclusão dos débitos vencidos até 2008. A controlada Unipê aderiu em 2013, optando por 180 meses.
 - Lei 12.996, de 18 de junho de 2015, abrangendo possibilidade de inclusão dos débitos vencidos até 2013. A Companhia aderiu em 2015, optando por 60 parcelas.
- b) Parcelamento Federal: Pert acomodado pela Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, onde apresenta a possibilidade de parcelamento dos débitos vencidos até 2017 de todas as esferas Federais, com as reduções e percentuais variáveis de acordo com a quantidade de parcelas optadas, sendo multa, juros, honorários e encargos, possibilitando a utilização para abatimentos da dívida com prejuízos fiscais e base negativa, caso existente. As controladas Unipê e Unicid aderiram em 2017, optando por 145 e 150 parcelas respectivamente.
- c) Parcelamento Federal Parcelamento Simplificado: regido pela Lei 10.522 de 19 de julho de 2002, sem redução na multa e juros, com atualizações realizadas pelo saldo, com base na taxa SELIC/mês. A controlada FASS, Unipê com adesão em 2015 e Braz Cubas com adesão em 2018, todas optaram por pagamentos em 60 parcelas.
- d) Parcelamento FGTS definido pela Resolução CCFGTS № 765 de 09 de dezembro de 2014, permitindo parcelar débitos em qualquer esfera oriundos de FGTS, sem reduções, com atualizações pelo saldo remanescente através da Taxa Referencial, juros 3% ao mês e Multa de 8% na data da apuração do débito. A controlada Unipê aderiu em setembro de 2014 referente dívida de 2005, em 180 parcelas e referente a dívida de 2009 aderiu em setembro de 2016, em 60 parcelas. A controlada Braz Cubas aderiu em julho de 2014 referente a dívida de junho de 2009 até dezembro de 2010, em 180 parcelas.
- e) Parcelamento Federal Parcelamento Simplificado Cofins: regido pela Lei 10.522 de 19 de julho de 2002, sem redução na multa e juros, com atualizações realizadas pelo saldo, com base na taxa SELIC/mês. Adesão em 2018 optando por pagamentos em 60 parcelas.
- f) Parcelamento Federal Parcelamento Simplificado IRRF e CSRF: regido pela Lei 10.522 de 19 de julho de 2002, sem redução na multa e juros, com atualizações realizadas pelo saldo, com base na taxa SELIC/mês. Adesão em 2018 optando por pagamentos em 60 parcelas.
- g) Parcelamento Municipal de ISS, regido pela Lei Complementar nº 74/2010, destinado a regularizar débitos tributários no Município de Mogi das Cruzes até 2019, com atualização monetária e juros de mora por ano. A Braz cubas aderiu em 2015 em 84 parcelas e em 2019 em 36 parcelas.
- h) Parcelamento Municipal de IPTU, regido pela Lei Complementar nº 136/2017, destinado a regularizar débitos tributários no Município de Mogi das Cruzes até 2019, com atualização monetária e juros de mora por ano. A Braz cubas aderiu em 2015 em 84 parcelas e em 2019 em 36 parcelas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, tem como objetivo assegurar condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras de instituições de ensino superior integrantes do sistema de ensino federal, por meio da aprovação de plano de recuperação tributária e da concessão de moratória de dívidas tributárias federais. As mantenedoras que tiverem o requerimento de moratória e parcelamento deferidos poderão proceder ao pagamento de até 90% (noventa por cento) do valor das prestações mensais mediante a utilização de certificados emitidos pelo Tesouro Nacional, na forma de títulos da dívida pública em contrapartida às bolsas Proies integrais concedidas em cursos de graduação presenciais com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. A controlada Braz Cubas aderiu em novembro/2017, optando por 180 parcelas.

17 Operações com partes relacionadas

Controladora

	30/06/2020			31/12/2019			
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	
Com controladas							
Unifran (a)	700	6.000	-	-	6.000	-	
Unicid (d)(a)	1.420	20.000	-	420	-	-	
Módulo (d)	2.035	-	-	1.495	-	-	
UDF (d)	8.860	-	-	8.060	-	-	
Outras partes relacionadas							
Motriz Participações Ltda. (b)	-	71	(419)	-	65	(783)	
FP Incorporadora Ltda. (b)	-	357	(2.143)	-	333	(3.983)	
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (b)	-	474	(2.820)	-	442	(5.278)	
-	13.015	26.902	(5.382)	9.975	6.840	(10.044)	
Circulante	_	902	_	_	840	_	
Não circulante	13.015	26.000	-	9.975	6.000	-	

Consolidado

	30/06	6/2020	31/12	2/2019
	Passivo Resultado		Passivo	Resultado
Outras partes relacionadas				
Motriz Participações Ltda. (b)(c)	936	(5.509)	871	(10.342)
FP Incorporadora Ltda. (b)	357	(2.143)	333	(3.983)
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (b)	717	(4.279)	668	(7.997)
	2.010	(11.931)	1.872	(22.322)

- (a) Os contratos de mútuo entre Controladora e Controladas não tem juros pré-definidos e nem vencimento definido.
- (b) Refere-se às despesas de aluguéis dos seguintes imóveis: Campus São Miguel Paulista, Anália Franco e Pinheiros, Ginásio de Esportes, Clínica Veterinária, UDF, Módulo e Campus Ceunsp Salto. Os contratos de aluguel celebrados entre as partes possuem prazo de vigência entre 3 e 18 anos, contendo cláusula de prorrogação automática. O

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

montante total das parcelas mensais é de R\$2.010, sendo que todos os contratos possuem reajuste anual pelo índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) tomando como base a data de sua assinatura.

- (c) A Controlada CEUNSP celebrou um contrato de compromisso de compra e venda de um bem imóvel com a Motriz Participações Ltda., o valor do ganho de capital foi contabilizado como receitas diferidas conforme Nota 20.
- (d) Os adiantamentos para futuro aumento de capital correspondem a valores enviados pela Companhia as suas controladas com expectativa de integralização ao seu capital social em um período de até 12 meses.

Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações é de responsabilidade da Assembleia Geral, fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$5.777 (R\$7.219 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019), e está registrado na rubrica de "Despesas gerais e administrativas", a qual está dentro dos limites aprovados em assembleia geral juntamente com as contas anuais em consonância com o orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração. A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pósempregos, e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

18 Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para os processos cíveis, tributários e trabalhistas em discussão nas instâncias judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, nos casos em que a perda é considerada provável.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as contingências provisionadas estão relacionadas a processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir:

	C	<u>ontroladora</u>	Consolidado			
	30/06/2020	30/06/2020 31/12/2019		31/12/2019		
Processos cíveis	2.943	2.484	9.473	8.150		
Processos tributários	556	347	3.975	347		
Processos trabalhistas	3.755	3.047	36.146	19.526		
Total	7.254	5.878	49.594	28.023		

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para demandas judiciais está descrita abaixo:

			Cor	ntroladora
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.484	347	3.047	5.878
Adições	1.033	167	145	1.345
Reversões	(702)	-	(272)	(974)
Atualização monetária	128	42	835	1.005
Saldos em 30 de junho de 2020	2.943	556	3.755	7.254

			Со	nsolidado
_	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.150	347	19.526	28.023
Combinação de negócios - Braz Cubas	244	3.176	1.227	4.647
Combinação de negócios - Positivo	287	213	7.849	8.349
Saldos com combinação de negócios	531	3.389	9.076	12.996
Adições	484	194	1.879	2.557
Reversões	(556)	-	(1.190)	(1.746)
Pagamentos	(371)	(38)	(609)	(1.018)
Atualização monetária	438	83	3.170	3.691
Processos Ex Mantenedor	797	-	4.294	5.091
Saldos em 30 de junho de 2020	9.473	3.975	36.146	49.594

Processos cíveis com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$9.473 em 30 de junho de 2020 (R\$8.150 em 31 de dezembro de 2019).

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados, de natureza acadêmica e operacional.

Ações relevantes

Ação ajuizada por Serviços Educacionais LTDA - EPP parceiro para estabelecimento de polo de apoio presencial em Campinas buscando a rescisão contratual cumulada com indenização por perdas e danos em 2016 contra a ACEF, pleiteando ressarcimento dos investimentos, indenização e lucros cessantes pela rescisão da parceria entre as Partes. O risco de perda provável o qual está integralmente provisionado considera o valor total de R\$489 para suportar perdas deste processo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública em 2007 contra a Módulo, Cruzeiro do Sul, e diversas outras universidades do Estado de São Paulo questionando a cobrança de taxa de emissão de diploma. A ação foi julgada parcialmente procedente somente para que as universidades não mais cobrassem taxas para expedição de diplomas. Em segunda instância, as universidades foram condenadas também a devolver, em dobro, os valores cobrados de alunos e ex-alunos no período de 5 (cinco) anos anteriores à citação na ação, acrescidos de juros e correção monetária. Foi interposto recurso pelas universidades e o processo encontra-se no STJ para reexame da matéria.

Processos tributários com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram o levantamento, avaliaram e dentre as várias ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas. A Administração mantém provisão (consolidada) no montante de R\$3.975 em 30 de junho de 2020 (R\$347 em 31 de dezembro de 2019).

Destacam-se 3 (três) processos movidos pela Prefeitura do Municipal de São Paulo, tratando de multa aplicada em razão de reforma predial intempestiva A Instituição apresentou defesa em todos os processos, além de garantir integralmente o juízo por meio de depósito judicial. Sendo provisionado o montante de R\$361 em 30 de junho de 2020 para suportar as prováveis perdas.

Há 1 (uma) ação movidas pela União em que se discute o pagamento da multa de 40% do FGTS diretamente aos empregados, em acordos judiciais ou extrajudiciais, em desconformidade com a legislação que determina o seu depósito nas contas vinculadas da Caixa Econômica Federal, e ausência de recolhimento da Contribuição Rescisória de 10%, por ocasião da dispensa sem justa causa de 97 (noventa e sete) trabalhadores, sendo provisionado o valor de R\$3.053. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição das Controladas pela Companhia, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários.

Processos trabalhistas com perda provável

Os processos trabalhistas envolvem, principalmente, questionamentos sobre horas extras, supostas férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo intra e interjornada, diferenças de salário por redução de carga horária de docentes e indenizações por suposto não cumprimento de acordo coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R\$36.146 em 30 de junho de 2020 (R\$19.526 em 31 de dezembro de 2019).

Dentre os processos trabalhistas com risco de perda provável, podemos destacar:

Ações movidas por ex-professores contra a Cruzeiro do Sul, pleiteando diferenças salariais por equiparação, desvio de função, horas extra e seus reflexos. O risco de perda provável o qual está integralmente provisionado considera o valor total de R\$3.368 destes processos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Há 184 (cento e oitenta e quatro) ações movidas por ex-funcionário contra as Controladas, dentre os pedidos destacam-se horas extra, intervalos, diferenças salariais e seus reflexos, sendo provisionado o valor de R\$24.831. Como se refere a assuntos anteriores à aquisição das Controladas pela Companhia, a responsabilidade, está garantida contratualmente pelos exproprietários.

Ressarcimento para perdas cíveis, tributários e trabalhistas

Parte dos processos da controlada SECID referem-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da SECID, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo então contingências de responsabilidade exclusivas dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos processos, a Companhia e suas Controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas inclusive com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da SECID, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes. Além do desembolso efetuado com base no percentual de responsabilidade da nova gestão, ao passo que o desembolso residual fica a cargo dos patronos dos ex-proprietários.

Parte dos processos da controlada ACEF referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da ACEF, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos que excedam o valor de R\$14.000 para Perdas Materializadas e R\$14.000 para Perdas Não Materializadas, da mesma forma, a Companhia possui garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da ACEF, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

Parte dos processos da controlada CEUNSP referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da CEUNSP, anteriores à aquisição pela ACEF, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, a Companhia e suas subsidiárias possuem garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser reembolsadas ou compensadas com retenção de pagamentos advindos do preço de aquisição ou de contrato de locação celebrado com os exproprietários do CEUNSP, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

A maioria dos processos das controladas Veritas, Santa Rita e Cesuca, referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários das adquiridas, anteriores à aquisição pela ACEF, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Periodicamente as perdas definitivas nesses processos, são apuradas e lançadas em Conta Gráfica para os ressarcimentos, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A maioria dos processos da controlada IPÊ Educacional referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da IPÊ Educacional, anteriores à aquisição pela SECID, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, são apuradas e lançadas em Conta Gráfica para os ressarcimentos, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

Os processos da controlada Braz Cubas referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da Braz Cubas, anteriores à aquisição pela ACEF, sendo de total responsabilidade dos vendedores. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, são apuradas e lançadas em Conta Gráfica para os ressarcimentos, respeitados os limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

Os processos da controlada CESA e CESPO (Positivo) referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela SECID, sendo de total responsabilidade dos vendedores. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, são apuradas e lançadas em Conta Gráfica para os ressarcimentos, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

Processos com perda possível

A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não são provisionados conforme apresentado abaixo:

	ontroladora_	Consolidado			
6/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019		
	_				
5.692	6.053	18.064	16.262		
43.509	139.142	224.576	187.584		
652	359	16.870	9.931		
49.853	145.554	259.510	213.777		
	5.692 43.509	5.692 6.053 43.509 139.142 652 359	5.692 6.053 18.064 43.509 139.142 224.576 652 359 16.870		

Processos cíveis com perda possível

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 30 de junho de 2020, era de R\$18.064 (R\$16.262 em 31 de dezembro de 2019).

A maior parte das ações envolve, principalmente, obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais e morais decorrentes de alegação de vícios nos serviços prestados de natureza acadêmica e operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processos tributários com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$224.576 em 30 de junho de 2020 (R\$187.584 em 31 de dezembro de 2019).

Dentre vários processos tributários com risco de perda possível podemos destacar:

Há 8 (oito) processos movidos pela Prefeitura do Municipal de São Paulo contra a Controladora, discutindo o cumprimento dos requisitos básicos para manutenção da imunidade tributária dos períodos de 2008 a 2011, totalizando o valor de R\$105.277. A instituição apresentou defesa em todos os processos, além de garantir integralmente o juízo por meio de seguro garantia.

Há 9 (nove) processos administrativos movidos pela Receita Federal contra a ACEF discutindo principalmente verbas que integram base de cálculo para recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias, entre outros, somando risco possível avaliado em R\$12.217. A instituição apresentou defesa em todos os processos e aguarda-se decisão final administrativa. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição da Companhia por sua controladora atual, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários.

As obrigações acessórias entregues pela Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de 5 (cinco) anos. Outros encargos tributáveis e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais.

Processos trabalhistas com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$16.870 em 30 de junho de 2020 (R\$9.931 em 31 de dezembro de 2019).

Dentre vários processos trabalhistas com risco de perda possível podemos destacar, que em 2018 foi distribuído ação em que os autores e empresários requerem o reconhecimento do vínculo empregatício com a Cruzeiro do Sul e SECID, atrelados a Pós-Graduação de Odontologia. Foi estimado o risco no valor total de R\$466 possível de perda.

Depósitos judiciais

	C	ontroladora	Consolidado			
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019		
Processos cíveis	166	352	728	724		
Processos tributários	546	232	6.319	1.213		
Processos trabalhistas	181	130	4.027	4.188		
Total	893	714	11.074	6.125		

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Obrigações por aquisições de participações societárias

	ACEF(i)	Santa Rita(i)	SECID(ii)	Positivo(ii)	Consolidado
(=) Saldo em 31/12/2018	21.364	23.750	82.105	-	127.219
(+) Juros apropriados	1.301	741	4.870	-	6.912
(-) Pagamentos de principal	(2.500)	(12.011)	-	-	(14.511)
(-) Pagamentos de juros	(359)	(5.509)	-	<u>-</u>	(5.868)
(=) Saldo em 31/12/2019	19.806	6.971	86.975	-	113.752
(+) Aquisição	17.500	-	246.768	_	264.268
(+) Combinação de negócios	-	-	-	3.410	3.410
(+) Juros apropriados	662	88	4.136	48	4.934
(-) Pagamentos de principal	-	(2.000)	-	-	(2.000)
(-) Pagamentos de juros	(70)	(485)	-	-	(555)
(=) Saldo em 30/06/2020	37.898	4.574	337.879	3.458	383.809
Circulante	3.223	2.537	-	1.153	6.913
Não circulante	34.675	2.037	337.879	2.305	376.896

⁽i) Em 30 de junho de 2020, referem-se: (a) ao principal da parcela retida das obrigações por aquisições da CEUNSP R\$2.500 (R\$2.500 em 31 de dezembro de 2019), da Veritas R\$15.000 (R\$15.000 em 31 de dezembro de 2019) e da Braz Cubas R\$17.500 e respectivos juros reajustados pelo CDI, pela ACEF e (b) passivos assumidos acrescidos de juros reajustados pelo CDI, pela aquisição da Santa Rita através da combinação de negócios com acionistas anteriores a aquisição de sua controladora Veritas pela ACEF.

Em 30 de junho de 2020, a parcela não circulante apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2021	3.753
2022	28.846
Acima de 2023	344.297
Total	376.896

⁽ii) Em 30 de junho de 2020 referem-se: (a) ao principal da parcela retida das obrigações por aquisições da Unipê R\$80.000 (R\$80.000 em 31 de dezembro de 2019) e da Positivo R\$246.768, e respectivos juros reajustados pelo CDI, pela SECID e (b) passivos assumidos acrescidos de juros reajustados pelo CDI, pela aquisição da CESA através da combinação de negócios com acionistas anteriores a aquisição de sua controladora Positivo pela SECID.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Receita diferida

	Consolidado
(=) Saldo em 31/12/2018	13.118
(-) Apropriação	(722)
(=) Saldo em 31/12/2019	12.396
(-) Apropriação	(361)
(=) Saldo em 30/06/2020	12.035
Circulante	722
Não circulante	11.313

Propriedade de arrendamento mercantil

Em 20 de março de 2017, a controlada indireta Ceunsp, realizou transação de "sale and leaseback" do imóvel onde está situado o seu campus, a operação consistiu na venda e aluguel do referido imóvel simultaneamente perante sua parte relacionada Motriz Participações Ltda., essa operação foi classificada como arrendamento financeiro, conforme o conceito de que trata o CPC 06/IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil.

O valor da venda do imóvel foi de R\$25.500 com recebimento de acordo com o fluxo de pagamento estipulado em contrato. O ganho líquido dos custos de venda foi de R\$14.442 e está refletido como receita diferida no passivo circulante e não circulante amortizável pelo prazo de 20 anos, conforme prazo do contrato de aluguel.

21 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia era de R\$158.190 composto por 7.633.056 ações ordinárias, em ambos exercícios, nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas e a composição acionária é demonstrada a seguir:

	30/06/2	2020	31/12/2	2019
Acionistas	Ações	% Part.	Ações	% Part.
D2HFP - Fundo de Investimento em Participações Fundo de Investimento e Participações Alfa 7	2.157.687 2.157.687	,	2.157.687 2.157.687	-,
Archy LLC	3.317.682	-,	3.317.682	-,
	7.633.056	100%	7.633.056	100%

Em 14 de janeiro de 2019 por força de redução de capital da Cruze Participações S.A., foram transferidas a totalidade das ações para ARCHY LLC, sociedade já integrante do quadro societário da Cruze, de quem figurava como acionista.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii. Em 12 de junho de 2019, houve aumento de capital de R\$20.000, através da reserva para futuro aumento de capital, porém não houve alteração nas ações, que totalizam 7.633.056 ações.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ação.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos.

d) <u>Dividendos</u>

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação.

22 Lucro (Prejuízo) por ação

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019:

Lucro (Prejuízo) por ação (básico e diluído)	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido (Prejuízo) do período	(66.020)	57.069
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	7.633.056	7.633.056
Lucro (Prejuízo) por ação em R\$	(8,65)	7,48

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

23.1 Instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e/ou suas controladas as expõem a diversos riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e/ou suas controladas apresentam exposições aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 6 e sobre empréstimos e financiamentos e debêntures estão mencionadas nas Notas 12 e 13, respectivamente.

Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de junho de 2020, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para as aplicações financeiras, os empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia considerou uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 30 de junho de 2020:

Cenário em 30 de junho de 2020 (Controladora)

Operação	Risco	Таха	30/06/2020	Provável	Variação 25%	Variação 50%_
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI - 2,15%)	5.661	5.661	5.661	5.661
Passivo de arrendamento	Dívida (Risco de perda em função do aumento do IGPM)	(IGPM - 7,31%)	222.083	222.083	226.143	230.204

Cenário em 30 de junho de 2020 (Consolidado)

Operação	Risco	Таха	30/06/2020	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI - 2,15%)	303.908	303.908	303.908	303.908
Empréstimos e financiamentos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI - 2,15%)	92.135	92.135	92.630	93.125
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI - 2,15%)	1.340.642	1.340.642	1.347.848	1.355.054
Passivo de arrendamento	Dívida (Risco de perda em função do aumento do IGPM)	(IGPM - 7,31%)	886.848	886.848	903.062	919.277

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

O risco de crédito dos alunos é administrado pela Companhia e por cada controlada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em Reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos e são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e suas controladas têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e, em aplicações com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente, todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário emitidos por estas instituições. A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos em que há risco de ativo desconhecidos.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamento mercantil financeiro. A tabela a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia, em 30 de junho de 2020, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

							Controladora
						30 de	junho de 2020
		Menos de	Entre	Acima		Efeito do	Valor
Passivos financeiros	Nota	1 ano	2 e 3 anos	de 3 anos	Total	desconto	contábil
Fornecedores		17.056	-	-	17.056	-	17.056
Obrigações tributárias	16	4.493	-	-	4.493	-	4.493
Passivos de arrendamento	14	14.619	40.670	328.941	384.230	(162.147)	222.083
		36.168	40.670	328.941	405.779	(162.147)	243.632

							Controlationa
						31 de dezembro de 201	
		Menos de	Entre	Acima		Efeito do	Valor
Passivos financeiros	Nota	1 ano	2 e 3 anos	de 3 anos	Total	desconto	contábil
Empréstimos e financiamentos, incluindo							_
derivativos	12	6.915	-	-	6.915	(492)	6.423
Debêntures	13	42.070	-	-	42.070	(2.614)	39.456
Fornecedores		11.729	-	-	11.729	-	11.729
Obrigações tributárias	16	4.806	-	-	4.806	-	4.806
Passivos de arrendamento	14	10.022	39.338	334.917	384.277	(168.477)	215.800
		75.542	39.338	334.917	449.797	(171.583)	278.214

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

							Consolidado
						30 de ju	unho de 2020
		Menos de	Entre	Acima		Efeito do	Valor
Passivos financeiros	Nota	1 ano	2 e 3 anos	de 3 anos	Total	desconto	contábil
Empréstimos e financiamentos, incluindo							
derivativos	12	53.441	51.434	-	104.875	(12.740)	92.135
Debêntures	13	132.504	288.862	1.311.988	1.733.354	(392.712)	1.340.642
Fornecedores		54.174	-	-	54.174	-	54.174
Obrigações tributárias	16	40.849	46.919	149.495	237.263	(38.258)	199.005
Obrigações por aquisição de participação							
societária	19	7.231	47.346	419.744	474.321	(90.512)	383.809
Passivos de arrendamento	14	55.824	131.366	1.640.014	1.827.204	(940.356)	886.848
		344.023	565.927	3.521.241	4.431.191	(1.474.578)	2.956.613

							Consolidado
						31 de dezer	nbro de 2019
		Menos de	Entre	Acima		Efeito do	Valor
Passivos financeiros	Nota	1 ano	2 e 3 anos	de 3 anos	Total	desconto	contábil
Empréstimos e financiamentos, incluindo							
derivativos	12	22.783	28.287	-	51.070	(5.728)	45.342
Debêntures	13	788.886	-	-	788.886	(36.156)	752.730
Fornecedores		24.466	-	-	24.466	•	24.466
Obrigações tributárias	16	28.936	16.595	28.357	73.888	(12.569)	61.319
Obrigações por aquisição de participação						, ,	
societária	19	5.979	25.395	115.517	146.891	(33.139)	113.752
Passivos de arrendamento	14	38.551	105.408	730.903	874.862	(361.251)	513.611
		909.601	175.685	874.777	1.960.063	(448.843)	1.511.220

Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e um capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos, debêntures, obrigações por arrendamento e passivo de arrendamento (circulante e não circulante), menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado
	30/06/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	92.135	45.379
Derivativos (nota 12)	-	(37)
Debêntures (nota 13)	1.340.642	752.730
Passivo de arrendamento (nota 14)	886.848	513.611
(=) Total dívida bruta	2.319.625	1.311.683
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(303.908)	(22.723)
(-) Aplicações financeiras		(915)
(=) Total dívida líquida	2.015.717	1.288.045
Patrimônio líquido (nota 21)	444.771	510.791
Dívida líquida e patrimônio líquido	2.460.488	1.798.836
% Dívida líquida sobre o patrimônio líquido	453,2%	252,2%

23.2 Valor justo

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros da controladora:

		Valor contábil		Valor justo
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativos financeiros Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber Outros créditos Total	5.661 41.558 12.079 59.298	5.461 36.685 3.076 45.222	5.661 41.558 12.079 59.298	5.461 36.685 3.076 45.222
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	_	6.423	-	6.423
Debêntures	-	39.456	-	39.456
Fornecedores	17.056	11.729	17.056	11.729
Passivos de arrendamento	222.083	215.800	210.246	205.838
Total	239.139	273.408	227.302	263.446

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros consolidados:

	V	alor contábil		Valor justo
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	303.908	22.723	303.908	22.723
Aplicações financeiras	-	915	-	915
Contas a receber	232.885	168.948	232.885	168.948
Outros créditos	68.579	37.856	68.579	37.856
Total	605.372	230.442	605.372	230.442
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	92.135	45.379	91.485	36.751
Derivativos	-	(37)	-	(37)
Debêntures	1.340.642	752.730	1.344.608	716.407
Fornecedores	54.174	24.466	54.174	24.466
Obrigações por aquisição de participação societária	383.809	113.752	383.809	113.752
Passivos de arrendamento	886.848	513.611	837.792	489.902
Total	2.757.608	1.449.901	2.711.868	1.381.240

23.3 Estimativa do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados ou divulgados a valor justo são classificados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo, sendo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

					Consolidado
	30/06/2020		31/12/2019		
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Hierarquia de valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	303.908	303.908	22.723	22.723	Nível 1
Aplicações financeiras	-	-	915	915	Nível 2
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber	232.885	232.885	168.948	168.948	
Outros créditos	68.579	68.579	37.856	37.856	_
	605.372	605.372	230.442	230.442	_
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Empréstimos em moeda estrangeira e contratos de swap	-	-	3.472	3.435	Nível 2
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.432.777	1.436.093	794.600	749.685	Nível 2
Fornecedores	54.174	54.174	24.466	24.466	
Obrigações por aquisição de participação societária	383.809	383.809	113.752	113.752	=,
	1.870.760	1.874.076	936.290	891.338	

23.4 Instrumentos financeiros derivativos

As operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares americanos) convertendo a dívida em moeda local.

Operações desta natureza foram contratadas pela primeira vez no ano de 2015 e consideraram os mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com a mesma instituição financeira ("contraparte"). Em 30 de junho de 2020 a Companhia e suas controladas não possuem contratos em aberto (Em 31 de dezembro de 2019 o valor referência dos contratos era R\$3.472).

As operações de *hedge* contratadas apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (*hedge accounting*), a dívida objeto da proteção é também considerada ao seu valor justo, conforme demonstrado abaixo:

Ganhos e perdas realizados e não realizados referente a estes contratos são registrados no resultado financeiro líquido e o saldo a receber pelo seu valor justo era de R\$37 em 31 de dezembro de 2019 e foi registrado na rubrica de "Empréstimos e financiamentos".

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

				C	onsolidado
		Valor d	e referência		Valor justo
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
	Variação cambial +				
Objeto de hedge - dívida (USD + taxa juros fixa)	3,20% a.a.	-	3.472	-	3.472
		-	3.472	-	3.472
	Variação cambial +				_
Ponta ativa swap (USD + taxa juros fixa)	3,20% a.a.	-	(3.472)	-	(3.472)
Ponta passiva swap (CDI + spread)	CDI + 2,94% a.a.		3.472		3.472
Posição <i>hedge</i> líquida a pagar/(a receber)		-	=	-	(37)
Empréstimos e financiamentos, líquido (apenas co	ntratos protegidos)	-		-	3.472

Os valores justos dos instrumentos financeiros são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para *swap*, ambas divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos *swaps* de cupons cambiais versus CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data em que as demonstrações financeiras intermediárias são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda também divulgadas pela B3.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de junho de 2020 está apresentada a seguir:

				(Consolidado
				30/06/2020	31/12/2019
Descrição	Contraparte	Valor de referência	Vigência	Ao valor justo	Ao valor justo
Swap cambial USD x CDI	Itaú BBA	USD 3.000	12/11/2015 a 12/02/2020		(37)
				-	(37)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019 está reapresentada a seguir:

	Controladora		Conso	lidado
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da		_		
contribuição social	(65.973)	57.044	(68.725)	56.705
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	22.431	(19.395)	23.367	(19.280)
Adições:				
Despesas não dedutíveis (i)	(32.226)	(19.679)	(76.944)	(29.087)
Exclusões:				
Outras exclusões (ii)	9.627	7.541	41.129	23.007
Equivalência patrimonial	121	31.558	-	-
Outros itens:				
Efeitos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo			776	
negativa de CSLL	-	-	770	1.134
Isenção PROUNI (nota 2.4) (iii)	-	-	14.377	24.590
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(47)	25	2.705	364
·	(GE)		(1.041)	(1.227)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(65) 18	- 25	(1.041)	(1.227)
IR e CS diferidos no resultado do período		25	3.746	1.591
Alíquota efetiva	0,07%	0,04%	(3,94%)	0,64%

- (i) Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecido e outras despesas não dedutíveis.
- (ii) As principais exclusões são oriundas de estornos das provisões adicionadas anteriormente e outras diferenças temporárias.
- (iii) Isenção do IRPJ e da CSLL referente ao PROUNI, calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) sobre as atividades beneficiadas.

a) Composição do Imposto de renda e contribuição social diferidos

<u>Controladora</u>	30/06/2020	31/12/2019
Passivo		
Diferenças temporárias do lucro real	(207)	(225)
Tributos diferidos, líquidos	(207)	(225)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Consolidado</u>	30/06/2020	31/12/2019
Ativo		
Prejuízos fiscais/ Base Negativa CSLL (i)	23.251	23.251
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita	9.921	11.311
Arrendamento IFRS 16	6.824	3.529
Amortizações Mais Valia	15.521	12.944
Provisão de contingência	6.473	4.074
Diferenças temporárias do lucro real	19.688	10.738
Total diferido ativo	81.678	65.847
Passivo		
Diferenças temporárias do lucro real	(855)	(1.000)
Reserva de reavaliação	(17.610)	-
Total diferido passivo	(18.465)	(1.000)
Tributos diferidos, líquidos	63.213	64.847

- (i) A base negativa é diferida pela alíquota de 9% e prejuízo fiscal a 25%. Os seguintes montantes foram utilizados como base para contabilização dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL.
- b) Os saldos e a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são demonstrados com seus efeitos no resultado, conforme segue:

		Efeitos		
		Combinação		
Controladora	31/12/2019	de negocio	Resultado	30/06/2020
Passivo	,			
Diferenças Temporárias do Lucro Real	(225)	-	18	(207)
Total tributos diferidos passivos	(225)	-	18	(207)
Total tuibutas diferidas l'amides	(225)		40	(207)
Total tributos diferidos, líquidos	(225)	<u> </u>	18	(207)
		Efeitos		
		Combinação		
Consolidado	31/12/2019	de negocio	Resultado	30/06/2020
Ativo				
Prejuízos fiscais/ Base Negativa CSLL (i)	23.251	-	-	23.251
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita(ii)	11.311	-	(1.390)	9.921
Arrendamento IFRS 16	3.529	2.238	1.057	6.824
Amortizações Mais Valia(ii)	12.944	-	2.577	15.521
Provisão de contingência	4.074	2.305	94	6.473
Diferenças Temporárias do Lucro Real	10.738	7.816	1.134	19.688
Total tributos diferidos ativos	65.847	12.359	3.472	81.678
Passivo				
Diferenças Temporárias do Lucro Real	(1.000)		145	(855)
Reserva de reavaliação		(17.738)	128	(17.610)
Total tributos diferidos passivos	(1.000)	(17.738)	273	(18.465)
Total tributos diferidos, líquidos	64.847	(5.379)	3.745	63.213

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora	31/12/2018	Efeitos Resultado	30/06/2019
Passivo			_
Diferenças Temporárias do Lucro Real	(256)	25	(230)
Total tributos diferidos passivos	(256)	25	(230)
Total tributos diferidos, líquidos	(256)	25	(230)
		Efeitos	
Consolidado	31/12/2018	Resultado	30/06/2019
Ativo			
Prejuízos fiscais/ Base Negativa CSLL (i)	6.363	-	6.363
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita(ii)	14.090	(1.390)	12.700
Arrendamento IFRS 16	-	1.624	1.624
Amortizações Mais Valia(ii)	6.335	887	7.222
Provisão de contingência	5.740	(1.735)	4.005
Diferenças Temporárias do Lucro Real	6.976	2.077	9.053
Total tributos diferidos ativos	39.504	1.463	40.967
Passivo			
Diferenças Temporárias do Lucro Real	(1.962)	128	(1.834)
Total tributos diferidos passivos	(1.962)	128	(1.834)
Total tributos diferidos, líquidos	37.542	1.591	39.133

- (i) A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização.
- (ii) Os maiores valores de diferidos, são oriundos de amortização mais valia das empresas adquiridas ainda não incorporadas e amortização fiscal do ágio sobre incorporação reversa da empresa Santa Rita, adquirida em março 2018.

Os seguintes montantes foram utilizados como base para contabilização dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL:

Descrição	Saldos disponíveis(i)	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos 30/06/2020
Prejuízo fiscal	414.645	59.805
Base de cálculo negativa de CSLL	445.394	92.218
Descrição	Saldos disponíveis(i)	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos
		30/06/2019
Prejuízo fiscal	361.870	9.292
Base de cálculo negativa de CSLL	395.716	43.138

(i) Conforme Instrução CVM concluímos que a Controladora não apresenta histórico de rentabilidade, e conforme projeções a partir de 2019 para as Controladas SECID, ACEF, FASS, CEUNSP, MDL, UDF, UNIPÊ, CESUCA, Santa Rita e Positivo apresentarão lucros tributários correntes, diante dessa análise estas constituíram ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo por ano de realização:

Consolidado		
	Total	
Faixa de vencimento	30/06/2020	%
2020	13.843	17%
2021	19.360	24%
2022	11.496	14%
2023	5.624	7%
2024 em diante	31.355	38%
	81.678	100%
	Total	
Faixa de vencimento	30/06/2019	%
2020	6.943	17%
2021	9.711	24%
2022	5.766	14%

25 Receita líquida

2023

2024 em diante

A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019:

2.821

15.726

40.967

7%

38%

100%

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receita bruta				
Cursos de graduação	446.526	358.215	1.757.988	1.369.294
Cursos de pós-graduação	34.312	36.467	68.014	56.482
Cursos técnicos e colégio	8.058	7.670	23.399	23.287
Outras receitas	970	1.434	3.488	7.632
	489.866	403.786	1.852.889	1.456.695
Deduções da receita bruta				
Bolsa de estudo e descontos concedidos	(280.040)	(204.506)	(884.598)	(658.742)
Devoluções de mensalidades e taxas	(11.289)	(10.028)	(38.447)	(18.193)
Tributos	(6.549)	(6.487)	(30.321)	(25.170)
Receita líquida	191.988	182.765	899.523	754.590

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Salários e encargos sociais Depreciação de imobilizado	(119.753) (3.756)	(97.036) (2.854)	(460.874) (27.392)	(336.095) (17.260)
Depreciação de imobilizado do direito de uso	(11.676)	(10.285)	(37.785)	(27.799)
Amortização do software e produção de conteúdo EAD Amortização do intangível	(4.750)	(2.627)	(13.988) (14.968)	(4.001) (6.888)
Alluguel	- (75)	(109)	(14.966)	(809)
Condomínio e IPTU	(3.407)	(2.951)	(6.806)	(5.592)
Energia elétrica, água e telefone	(4.280)	(2.343)	(10.789)	(9.692)
Utilidades, limpeza e segurança	(3.729)	(4.310)	(16.693)	(14.169)
Publicidade e propaganda	(23.960)	(24.362)	(48.109)	(45.231)
Serviços de terceiros	(34.725)	(26.553)	(103.951)	(70.364)
Manutenção e reparos	(1.258)	(1.818)	(5.552)	(5.541)
Materiais de consumo	(357)	(3.330)	(6.302)	(8.355)
Provisão/reversão para demandas judiciais	(1.376)	(73)	(4.502)	(2.347)
Custos com parceria	(5.749)	(7.808)	(10.655)	(11.544)
Custos pedagógicos	(381)	(673)	(2.360)	(3.522)
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.820)	(10.443)	(81.414)	(25.753)
Passagens e diárias	(1.323)	(2.485)	(2.114)	(4.389)
Custos processuais	(285)	(351)	(1.928)	(813)
Indenização judicial	(105)	(1.122)	(2.112)	(10.820)
Outras receitas (despesas), liquidas	(924)	815	720	10.655
	(240.689)	(200.718)	(858.429)	(600.329)
Classificadas como:				
Custos dos serviços prestados	(156.042)	(133.913)	(526.619)	(422.353)
Despesas gerais e administrativas	(57.861)	(51.529)	(201.317)	(127.575)
Depreciação e amortização	(8.506)	(5.481)	(56.348)	(28.149)
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.820)	(10.443)	(81.414)	(25.753)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	540	648	7.269	3.501
	(240.689)	(200.718)	(858.429)	(600.329)

27 Resultado financeiro

27.1 Receitas financeiras

	<u>Controladora</u>		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receitas sobre aplicações financeiras	15	94	2.128	1.404
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	239	84	2.516	1.428
Outras receitas	35	36	703	511
Total das receitas financeiras	289	214	5.347	3.343

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

27.2 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas	_	-	(4.934)	(3.340)
Descontos concedidos sobre mensalidades em atraso	(3.688)	(2.857)	(24.874)	(17.637)
Tarifas bancárias	(1.914)	(1.061)	(8.462)	(5.505)
IOF	(46)	(76)	(1.646)	(237)
Juros bancários e multas	(720)	(1.800)	(6.212)	(15.917)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(72)	(5)	(4.011)	(2.623)
Encargos financeiros sobre debêntures	(521)	(1.949)	(28.621)	(28.700)
Amortização do custo de captação	(54)	(27)	(801)	(293)
Ajuste a valor presente	310	(123)	2.100	(911)
Juros sobre passivo de arrendamento	(11.212)	(10.136)	(37.705)	(25.736)
Total despesas financeiras	(17.917)	(18.034)	(115.166)	(100.899)

28 Seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A tabela abaixo apresenta as importâncias seguradas em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	Importância segurada	
	30/06/2020	31/12/2019
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	1.297.179	1.006.244
Perda ou pagamento de aluguel	70.180	70.000
Impacto de veículo terrestre e demais aéreo e/ou espacial	1.820	1.500
Roubo de bens	2.485	2.275
Danos elétricos	10.470	10.000
Responsabilidade civil de Diretores e Administradores	32.850	30.000
Outros	25.789	21.660

27 Eventos subsequentes

27.1 Aumento de capital

Em 31 de julho de 2020, houve aumento de capital de R\$35.000, através da reserva para futuro aumento de capital, porém não houve alteração nas ações, que totalizam 7.633.056 ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Período intermediário de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.2 Distribuição de dividendos adicionais propostos

Em 31 de julho de 2020, a Companhia aprovou distribuição de dividendos de R\$53.000, sendo R\$30.006 por dividendos mínimos obrigatórios relacionado ao exercício de 2019 e R\$23.994 por dividendos adicionais propostos na data da aprovação da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária.